

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2011

1. DESTAQUES DO QUARTO TRIMESTRE DE 2011

- Receita operacional líquida consolidada de R\$ 717,2 milhões no quarto trimestre de 2011 e de R\$ 2.905,1 no ano de 2011, um aumento de 30,4% em relação ao quarto trimestre de 2010 e de 30,4% em relação ao ano de 2010;
- Geração bruta de caixa (EBITDA) de R\$ 79,9 milhões no quarto trimestre de 2011 e de R\$ 411,2 no ano de 2011, um aumento de 61,8% em relação ao quarto trimestre de 2010 e de 31,7% em relação ao ano de 2010;
- Lucro líquido de R\$ 44,2 milhões (lucro por ação de R\$ 0,4663) no quarto trimestre de 2011 e de R\$ 223,4 milhões (lucro por ação de R\$ 2,3553) no ano de 2011, um aumento de 72,3% em relação ao quarto trimestre de 2010 (lucro por ação de R\$ 0,2706) e de 36,1% em relação ao ano de 2010 (lucro por ação de R\$ 1,9776);
- Endividamento bancário líquido de R\$ 519,4 milhões ao final do quarto trimestre e do ano de 2011 (R\$ 408,2 milhões ao final do quarto trimestre e do ano de 2010) ou 1,3x EBITDA dos últimos 12 meses (1,3x ao final do quarto trimestre e do ano de 2010).

2. MERCADO

2.1. Mercado Automotivo

Conforme dados da ANFAVEA, a produção brasileira de veículos e máquinas agrícolas apresentou o seguinte comportamento nos períodos indicados (em unidades):

Segmento	4T10	4T11	Var.	2010	2011	Var.
Automóveis	649.707	587.770	(9,5%)	2.584.690	2.534.534	(1,9%)
Comerciais Leves	152.908	144.052	(5,8%)	566.567	607.781	7,3%
Caminhões	49.017	57.242	16,8%	189.941	216.270	13,9%
Ônibus	8.538	12.978	52,0%	40.530	47.565	17,4%
Total Veículos	860.170	802.042	(6,8%)	3.381.728	3.406.150	0,7%
Máquinas Agrícolas	19.708	19.753	0,2%	88.674	81.809	(7,9%)

Dentro destes volumes de produção e conforme dados da ANFAVEA, a exportação brasileira de veículos e máquinas agrícolas apresentou o seguinte comportamento nos períodos indicados (em unidades):

Segmento	4T10	4T11	Var.	2010	2011	Var.
Automóveis	96.137	121.687	26,6%	374.841	401.194	7,0%
Comerciais Leves	28.563	25.252	(11,6%)	97.529	106.222	8,9%
Caminhões	5.742	6.832	19,0%	21.182	26.321	24,3%
Ônibus	2.645	1.831	(30,8%)	9.202	7.831	(14,9%)
Total Veículos	133.087	155.602	16,9%	502.754	541.568	7,7%
Máquinas Agrícolas	6.081	4.775	(21,5%)	19.176	18.373	(4,2%)

* Os dados da ANFAVEA não incluem mais os números da exportação de veículos desmontados (CKD).

Conforme dados da CSM Worldwide, entidade que disponibiliza informações globais sobre o setor automotivo, a produção de veículos na região do NAFTA apresentou o seguinte comportamento nos períodos indicados (em unidades):

Segmento	4T10	4T11	Var.	2010	2011	Var.
Automóveis	1.253.549	1.512.316	20,6%	5.721.284	6.208.341	8,5%
Comerciais Leves	1.712.109	1.789.775	4,5%	6.219.824	6.917.411	11,2%
Total Veículos Leves	2.965.658	3.302.091	11,3%	11.941.108	13.125.752	9,9%

2.2. Mercado Ferroviário

Segundo estimativas da AmstedMaxion, o mercado brasileiro de equipamentos ferroviários apresentou o seguinte comportamento nos períodos indicados:

Segmento	4T10	4T11	Var.	2010	2011	Var.
Vagões de Carga (unid.)	1.198	1.304	8,8%	3.265	5.616	72,0%
Rodas Ferroviárias (unid.) *	12.002	8.569	(28,6%)	54.129	64.698	19,5%
Fundidos Ferroviários (ton.) *	761	956	25,7%	2.764	7.161	159,1%

* Somente mercado de reposição, não inclui rodas e fundidos utilizados na montagem de vagões novos.

3. DESEMPENHO OPERACIONAL FINANCEIRO

DRE Consolidado - R\$ mil	4T10	4T11	Var.	2010	2011	Var.
Receita Operacional Líquida	549.866	717.209	30,4%	2.227.398	2.905.139	30,4%
Custo dos Produtos Vendidos	(469.389)	(605.175)	28,9%	(1.810.781)	(2.353.383)	30,0%
Lucro Bruto	80.477	112.034	39,2%	416.616	551.756	32,4%
Despesas Operacionais	(42.712)	(46.721)	9,4%	(155.067)	(193.503)	24,8%
Lucro Operacional (EBIT)	37.765	65.313	72,9%	261.549	358.253	37,0%
Despesas Financeiras	(6,9%)	9,1%	11,7%	12,3%	12,3%	0,0%
Resultado Financeiro	(4.522)	5.856	(229,5%)	(29.506)	(15.175)	(48,6%)
Lucro Líquido	25.671	44.238	72,3%	164.153	223.436	36,1%
EBITDA	49.416	79.941	61,8%	312.271	411.163	31,7%
	9,0%	11,1%	14,0%	14,2%	14,2%	0,0%

3.1. Receita Operacional Líquida

No quarto trimestre de 2011, a receita operacional líquida consolidada alcançou R\$ 717,2 milhões, um aumento de 30,4% em relação ao mesmo trimestre do ano anterior.

Os principais fatores que contribuíram para esse resultado foram: (i) a forte demanda do mercado brasileiro de vagões ferroviários de carga, (ii) o crescimento da produção brasileira de caminhões e ônibus, (iii) o crescimento da produção de veículos leves na região do NAFTA e (iv) a venda de ferramentas para clientes do segmento automotivo que alcançou R\$ 17,6 milhões (como referência, R\$ 1,6 milhão no mesmo período do ano anterior).

No ano de 2011, a receita operacional líquida consolidada alcançou R\$ 2.905,1 milhões, um aumento de 30,4% em relação ao ano anterior.

As exportações e vendas internacionais consolidadas atingiram R\$ 162,6 milhões ou US\$ 86,7 milhões no quarto trimestre de 2011 (R\$ 581,4 milhões ou US\$ 309,9 milhões no ano de 2011), um aumento de 65,7% em reais e 47,2% em dólares, na comparação com o mesmo trimestre do ano anterior (aumento de 41,7% em reais e 25,8% em dólares na comparação com o ano de 2010).

No quarto trimestre de 2011 os destinos das exportações e vendas internacionais consolidadas em valor foram: EUA com 51,3% (53,2% no ano de 2011), México com 22,6% (23,5% no ano de 2011), América Latina com 17,8% (14,4% no ano de 2011), Europa com 4,2% (5,2% no ano de 2011), Ásia/Oceania com 2,5% (2,6% no ano de 2011), África/Oriente Médio com 1,6% (0,9% no ano de 2011) e Canadá com 0,3% (0,2% no ano de 2011).

Receita Líquida Consolidada - R\$ mil	Mercado Interno			Mercado Externo			Total		
	4T10	4T11	Var.	4T10	4T11	Var.	4T10	4T11	Var.
Rodas (Brasil)	85.223	106.955	25,5%	7.721	9.447	22,4%	92.944	116.402	25,2%
% Part.	15,5%	14,9%		1,4%	1,3%		16,9%	16,2%	
Rodas (China)	-	-	-	5.644	7.120	26,1%	5.644	7.120	26,1%
% Part.	0,0%	0,0%		1,0%	1,0%		1,0%	1,0%	
Maxion Montich (50%)	-	-	-	15.051	-	-	15.051	-	-
% Part.	0,0%	0,0%		0,0%	2,1%		0,0%	2,1%	
Chassis	173.561	215.494	24,2%	7.764	6.403	(17,5%)	181.325	221.897	22,4%
% Part.	31,6%	30,0%		1,4%	0,9%		33,0%	30,9%	
Divisão Rodas e Chassis	258.784	322.449	24,6%	21.129	38.021	79,9%	279.913	360.470	28,8%
% Part.	47,1%	45,0%		3,8%	5,3%		50,9%	50,3%	
Divisão Fumagalli	73.266	62.216	(15,1%)	68.781	106.567	54,9%	142.047	168.782	18,8%
% Part.	13,3%	8,7%		12,5%	14,9%		25,8%	23,5%	
Divisão Comp. Automotivos	44.611	50.475	13,1%	-	-	-	44.611	50.475	13,1%
% Part.	8,1%	7,0%		0,0%	0,0%		8,1%	7,0%	
AmstedMaxion (50%)	75.132	119.520	59,1%	8.164	17.962	120,0%	83.296	137.482	65,1%
% Part.	13,7%	16,7%		1,5%	2,5%		15,1%	19,2%	
Total Iochpe-Maxion	451.793	554.659	22,8%	98.073	162.550	65,7%	549.866	717.209	30,4%
% Part.	82,2%	77,3%		17,8%	22,7%		100,0%	100,0%	

Receita Líquida Consolidada - R\$ mil	Mercado Interno			Mercado Externo			Total		
	2010	2011	Var.	2010	2011	Var.	2010	2011	Var.
Rodas (Brasil)	374.656	436.035	16,4%	38.875	43.082	10,8%	413.531	479.118	15,9%
% Part.	16,8%	15,0%		1,7%	1,5%		18,8%	16,5%	
Rodas (China)	-	-	-	23.335	37.669	61,4%	23.335	37.669	61,4%
% Part.	0,0%	0,0%		1,0%	1,3%		1,0%	1,3%	
Maxion Montich (50%)	-	-	-	-	39.097	-	-	39.097	-
% Part.	0,0%	0,0%		0,0%	1,3%		0,0%	1,3%	
Chassis	734.625	917.193	24,9%	31.896	17.025	(46,6%)	766.522	934.218	21,9%
% Part.	33,0%	31,6%		1,4%	0,6%		34,4%	32,2%	
Divisão Rodas e Chassis	1.109.281	1.353.228	22,0%	94.107	136.873	45,4%	1.203.388	1.490.102	23,8%
% Part.	49,8%	46,6%		4,2%	4,7%		54,0%	51,3%	
Divisão Fumagalli	280.680	273.601	(2,5%)	281.075	389.910	38,7%	561.755	663.511	18,1%
% Part.	12,6%	9,4%		12,6%	13,4%		25,2%	22,8%	
Divisão Comp. Automotivos	169.367	196.052	15,8%	-	-	-	169.367	196.052	15,8%
% Part.	7,6%	6,7%		0,0%	0,0%		7,6%	6,7%	
AmstedMaxion (50%)	257.706	500.903	94,4%	35.182	54.571	55,1%	292.888	555.474	89,7%
% Part.	11,6%	17,2%		1,6%	1,9%		13,1%	19,1%	
Total Iochpe-Maxion	1.817.035	2.323.784	27,9%	410.364	581.355	41,7%	2.227.398	2.905.139	30,4%
% Part.	81,6%	80,0%		18,4%	20,0%		100,0%	100,0%	

3.2. Custo dos Produtos Vendidos

O custo dos produtos vendidos atingiu R\$ 605,2 milhões no quarto trimestre de 2011, o que representa 84,4% da receita operacional líquida consolidada e um aumento de 28,9% em relação ao quarto trimestre de 2010, quando este custo representou 85,4% da receita operacional líquida consolidada.

Em 2011, o custo dos produtos vendidos atingiu R\$ 2.353,4 milhões o que representa 81,0% da receita operacional líquida e um aumento de 30,0% em relação ao ano de 2010, quando este custo representou 81,3% da receita operacional líquida consolidada.

3.3. Lucro Bruto

No quarto trimestre de 2011, o lucro bruto foi de R\$ 112,0 milhões, o que representa uma margem bruta de 15,6% e um aumento de 39,2% em relação ao mesmo período do ano anterior, quando o lucro bruto totalizou R\$ 80,5 milhões com uma margem bruta de 14,6%.

Em 2011, o lucro bruto foi de R\$ 551,8 milhões, o que representa uma margem bruta de 19,0% e um aumento de 32,4% em relação ao ano anterior, quando a margem bruta representou 18,7% da receita operacional líquida consolidada.

3.4. Despesas Operacionais Líquidas

As despesas operacionais líquidas atingiram R\$ 46,7 milhões no quarto trimestre de 2011, um aumento de 9,4% em relação ao mesmo trimestre do ano anterior. Essas despesas representaram 6,5% da receita operacional líquida consolidada no trimestre, contra 7,8% no quarto trimestre de 2010.

A variação das despesas operacionais líquidas deve-se principalmente ao (i) aumento dos gastos com a folha de pagamento em função do dissídio salarial concedido no trimestre e (ii) a receita de R\$ 4,5 milhões decorrente de processos relacionados a discussões sobre PIS/COFINS, concluídos favoravelmente e de forma definitiva no trimestre.

Em 2011, as despesas operacionais líquidas atingiram R\$ 193,5 milhões, um aumento de 24,8% em relação ao ano de 2010. No ano de 2011 essas despesas representaram 6,7% da receita operacional líquida consolidada, em relação a 7,0% no ano de 2010.

3.5. Lucro Operacional Antes do Resultado Financeiro (EBIT)

O EBIT atingiu R\$ 65,3 milhões no quarto trimestre de 2011, o que representa 9,1% da receita operacional líquida consolidada e um aumento de 72,9% em relação ao quarto trimestre de 2010, quando o EBIT representou 6,9% da receita operacional líquida consolidada.

Em 2011, o EBIT atingiu R\$ 358,3 milhões, o que representa 12,3% da receita operacional líquida consolidada e um aumento de 37,0% em relação ao ano de 2010, quando o EBIT representou 11,7% da receita operacional líquida consolidada.

3.6. Geração de Caixa Bruta (EBITDA)

No quarto trimestre de 2011, o EBITDA foi de R\$ 79,9 milhões, um aumento de 61,8% em relação ao mesmo trimestre do ano anterior. Em relação à receita operacional líquida consolidada, sua participação aumentou de 9,0% no quarto trimestre de 2010 para 11,1% no quarto trimestre de 2011.

Em 2011, o EBITDA foi de R\$ 411,2 milhões, o que representa 14,2% da receita operacional líquida consolidada e um aumento de 31,7% em relação ao ano de 2010, quando o EBITDA representou 14,0% da receita operacional líquida consolidada.

A tabela a seguir apresenta a evolução do EBITDA nos períodos indicados:

Reconciliação do EBITDA - R\$ mil	4T10	4T11	Var.	2010	2011	Var.
Lucro Líquido	25.671	44.238	72,3%	164.153	223.436	36,1%
Imp. de Renda/Contrib. Social	(7.572)	(26.931)	255,7%	(67.898)	(119.642)	78,2%
Resultado Financeiro	(4.522)	5.856	(229,5%)	(29.506)	(15.175)	(48,6%)
Depreciação/Amortização	(11.615)	(14.628)	25,5%	(50.714)	(52.910)	4,3%
EBITDA	49.416	79.941	61,8%	312.271	411.163	31,7%

3.7. Resultado Financeiro

O resultado financeiro no quarto trimestre de 2011 foi positivo em R\$ 5,9 milhões, uma melhora de 229,5% em relação ao resultado negativo de R\$ 4,5 milhões no mesmo trimestre de ano anterior.

Essa variação em relação ao mesmo período do ano anterior deve-se principalmente: (i) ao efeito positivo de R\$ 16,3 milhões referente a atualizações financeiras de processos relacionados a discussões sobre PIS/COFINS, concluídos favoravelmente e de forma definitiva no trimestre, (ii) ao efeito líquido desfavorável de R\$ 2,5 milhões relacionado à variação cambial e (iii) ao aumento de R\$ 3,6 milhões das despesas com juros sobre financiamento devido ao aumento do custo e do montante do endividamento.

Em 2011 o resultado financeiro foi negativo em R\$ 15,2 milhões, uma redução de 48,6% em relação ao resultado negativo de R\$ 29,5 milhões apresentado em 2010.

3.8. Resultado Líquido

No quarto trimestre de 2011, o lucro líquido atingiu R\$ 44,2 milhões (lucro por ação de R\$ 0,4663), um aumento de 72,3% em relação ao quarto trimestre de 2010 (lucro líquido de R\$ 25,7 milhões e lucro por ação de R\$ 0,2706).

Em 2011, o lucro líquido atingiu R\$ 223,4


RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2011
11. AQUISIÇÃO DE NOVOS NEGÓCIOS
Hayes Lemmerz

A subsidiária Norte-Americana Iochpe Holdings LLC, celebrou no dia 5 de outubro de 2011, *Agreement and Plan of Merger* (Contrato e Plano de Fusão) para a aquisição de 100% da Hayes Lemmerz International, Inc. ("Hayes Lemmerz") por aproximadamente US\$ 725 milhões (já incluindo neste valor a assunção de cerca de US\$ 23 milhões de endividamento líquido). A Hayes Lemmerz é uma tradicional fabricante internacional de rodas automotivas, de aço e de alumínio para veículos leves e de aço, para veículos comerciais.

Com 17 unidades industriais localizadas nos Estados Unidos, México, Brasil, Alemanha, República Tcheca, Turquia, Espanha, Itália, África do Sul, Índia e Tailândia, possui capacidade de produção de cerca de 63,4 milhões de rodas por ano.

Apresentou na primeira metade do seu ano fiscal de 2011, encerrado em 31/07/2011, venda líquida de US\$ 890,5 milhões, lucro líquido de US\$ 39,3 e EBITDA de US\$ 112,3 milhões.

Como fato subsequente, em 1 de fevereiro de 2012, a subsidiária norte-americana Iochpe Holdings LLC, concluiu a aquisição de 100% da Hayes Lemmerz International, Inc., com o valor final da aquisição aproximado de US\$ 645 milhões, por conta de variações de determinados itens ativos e passivos, conforme disposto no Contrato e Plano de Fusão.

Grupo Galaz

As subsidiárias Mexicanas, Iochpe Sistemas Automotivos de Mexico, S.A. de C.V. e Maxion Fumagalli de México, S.A. de C.V., celebraram no dia 18 de outubro de 2011, Stock Purchase Agreement (Contrato de Compra de Ações), para a aquisição de 100% do Grupo Galaz S.A. de C.V. ("Grupo Galaz") por aproximadamente US\$ 195 milhões.

O Grupo Galaz é um tradicional fabricante mexicano de longarinas de aço para veículos comerciais.

Com uma unidade industrial localizada em Monclova, no norte do México, abastece algumas das principais montadoras de veículos comerciais localizadas no mercado norte-americano.

Apresentou de janeiro a agosto de 2011, venda líquida de US\$ 133,7 milhões, lucro líquido de US\$ 14,5 e EBITDA de US\$ 24,9 milhões.

Como fato subsequente, em 23 de janeiro de 2012, as subsidiárias mexicanas Iochpe Sistemas Automotivos de México, S.A. de C.V. e Maxion Fumagalli de México, S.A. de C.V. concluíram a aquisição de 100% do Grupo Galaz S.A. de C.V., com o valor final da aquisição aproximado de US\$ 226 milhões, por conta de variações de determinados itens ativos e passivos, conforme disposto no Contrato de Compra de Ações.

12. CLÁUSULA COMPROMISSÓRIA

A Companhia está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Novo Mercado, conforme Cláusula Compromissória constante do seu Estatuto Social.

13. INSTRUÇÃO CVM Nº 381

Em atendimento à Instrução nº 381 da Comissão de Valores Mobiliários, informamos que durante o exercício de 2011, a Iochpe-Maxion e suas controladas em conjunto, contrataram serviços não relacionados à auditoria externa (trabalhos de diligência em processos de aquisições) no montante consolidado de R\$ 169,6 mil com prazos de duração inferiores a um ano, que representaram 15,1% do valor dos honorários consolidados relacionados à auditoria das demonstrações financeiras. A Iochpe-Maxion e suas controladas em discussão com os seus auditores independentes, concluíram que estes serviços prestados não afetaram a independência e a objetividade destes, em razão da definição do escopo e dos procedimentos executados. A Iochpe-Maxion adota como política atender às regulamentações que definem as restrições de serviços dos auditores independentes.

Em nosso relacionamento com Auditor Independente, buscamos avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não-auditória com base no seguinte: o auditor não deve (a) auditar seu próprio trabalho, (b) exercer funções gerenciais e (c) promover nossos interesses.

14. DECLARAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, de 07 de dezembro de 2009, a Diretoria declara que discutiu, reviu e concordou com o relatório de revisão dos auditores independentes e com as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2011.

As informações financeiras da Companhia aqui apresentadas estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira, a partir das demonstrações financeiras auditadas. As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de exame por parte dos auditores independentes.

O EBITDA representa o lucro (prejuízo) líquido antes do resultado financeiro, contribuição social e imposto de renda e depreciação e amortização. O EBITDA não deve ser considerado como uma alternativa para o lucro (prejuízo) líquido, como um indicador de desempenho operacional da Companhia, ou uma alternativa para fluxo de caixa como um indicador de liquidez. A Administração da Companhia acredita que o EBITDA é uma medida prática para aferir seu desempenho operacional e permitir uma comparação com outras companhias. Entretanto, ressalta-se que o EBITDA não é uma medida estabelecida de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pode ser definido e calculado de maneira diversa por outras companhias.

Cruzeiro, 10 de fevereiro de 2012.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 (Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	Controladora - CPC		Consolidado - IFRS		Passivo e patrimônio líquido	Nota	Controladora - CPC		Consolidado - IFRS	
		31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010			31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Circulante						Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	7	246.641	6.717	291.484	57.639	Financiamentos e empréstimos	16	281.124	24.309	539.506	138.403
Aplicações financeiras	8	45.837	246.767	45.837	265.481	Fornecedores	17	91.533	59.427	225.807	150.106
Contas a receber de clientes	9	247.633	175.397	395.980	252.661	Impostos e contribuições a recolher		14.657	11.414	19.235	11.943
Estoques	10	193.311	186.674	382.503	321.035	Empréstimos com controladas - Mútuo	12	3.202	2.727	-	-
Impostos a recuperar	11	33.239	10.808	56.205	26.479	Parcelamentos de impostos		-	-	-	563
Despesas antecipadas		2.079	475	6.412	779	Salários e encargos a pagar		38.208	32.252	50.564	38.923
Outras contas a receber		11.930	11.236	21.860	17.350	Provisão de férias e encargos		35.715	27.327	45.055	33.736
		780.670	638.074	1.200.281	941.424	Adiantamentos de clientes		16.086	34.490	47.031	80.594
						Dividendos propostos	20	82.671	60.737	82.671	60.737
						Outras contas a pagar		27.775	8.703	50.929	27.320
						Instrumentos financeiros a pagar		104	1.782	104	1.782
								591.075	263.168	1.060.902	544.107
Não circulante						Não circulante					
Realizável a longo prazo						Financiamentos e empréstimos	16	276.540	494.125	317.188	592.867
Empréstimos com controladas - Mútuo	12	6.700	5.890	-	-	Provisão para contingências	18	19.064	19.359	30.787	28.918
Contas a receber de clientes	9	-	331	-	331	Impostos diferidos	11	103.998	94.565	145.429	128.029
Impostos a recuperar	11	10.655	17.532	52.511	47.137	Outras contas a pagar		17.151	9.356	19.688	11.089
Impostos diferidos	11	31.818	55.239	70.428	91.933			416.753	617.405	513.092	760.903
Depósitos judiciais		20.107	15.438	31.228	23.956	Patrimônio líquido					
Outras contas a receber		1.613	3.353	4.045	4.623	Capital social	20	500.000	360.000	500.000	360.000
		70.893	97.783	158.212	167.980	Reserva de capital	20	2.554	1.624	2.554	1.624
Investimentos	13	258.771	206.332	104	233	Reservas de lucros	20	239.274	231.404	239.274	231.404
Imobilizado	14	794.301	696.290	1.106.579	948.178	Ações em tesouraria	20	(5.282)	(5.282)	-	-
Intangível	15	21.813	21.482	27.438	26.583	Ajuste de avaliação patrimonial	20	167.334	179.339	167.334	179.339
		1.074.885	924.104	1.134.121	974.994	Ajustes acumulados de conversão	20	10.567	2.421	10.567	2.421
		1.926.448	1.659.961	2.492.614	2.084.398	Dividendos adicionais propostos	20	4.173	4.600	4.173	4.600
								918.620	779.388	918.620	779.388
								1.926.448	1.659.961	2.492.614	2.084.398

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 (Em milhares de Reais)

	Nota	Reserva de capital		Reservas de lucros		Ações em tesouraria	Ajuste de avaliação patrimonial	Ajustes acumulados de conversão	Dividendos adicionais propostos	Lucros acumulados	Total
		Capital social	Opções outorgadas	Reserva legal	Reserva estatutária de investimento e de capital de giro						
Saldos em 1 de janeiro de 2010		261.463	-	25.622	193.070	-	192.948	2.274	-	-	675.377
Aumento de capital com reserva estatutária		98.537	-	-	(98.537)	-	-	-	-	-	-
Resultado do exercício		-	-	-	-	-	-	-	-	164.153	164.153
Transações com pagamentos baseados em ações		-	1.624	-	-	-	-	-	-	-	1.624
Depreciação do custo atribuído, líquido de impostos		-	-	-	-	-	(12.433)	-	-	12.433	-
Outros resultados abrangentes											
Mensuração de instrumentos financeiros, líquidos		-	-	-	-	-	(1.176)	-	-	-	(1.176)
Varição cambial sobre investimentos no exterior		-	-	-	-	-	-	147	-	-	147
Destinações do resultado do exercício:											
Reserva legal		-	-	8.207	-	-	-	-	-	(8.207)	-
Reserva estatutária de investimentos e de capital de giro		-	-	-	95.209	-	-	-	-	(95.209)	-
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	-	-	-	-	(60.737)	(60.737)
Destinações dos lucros acumulados:											
Reserva legal		-	-	622	-	-	-	-	-	(622)	-
Reserva estatutária de investimentos e de capital de giro		-	-	-	7.211	-	-	-	-	(7.211)	-
Dividendos adicionais propostos		-	-	-	-	-	-	-	4.600	(4.600)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2010		360.000	1.624	34.451	196.953	-	179.339	2.421	4.600	-	779.388
Aumento de capital com reserva estatutária		140.000	-	-	(140.000)	-	-	-	-	-	-
Resultado do exercício		-	-	-	-	-	-	-	-	223.436	223.436
Transações com pagamentos baseados em ações	21	-	930	-	-	-	-	-	-	-	930
Ações em tesouraria adquiridas	20	-	-	-	-	(5.282)	-	-	-	-	(5.282)
Depreciação do custo atribuído, líquido de impostos		-	-	-	-	-	(11.278)	-	-	11.278	-
Baixa do custo atribuído		-	-	-	-	-	(1.834)	-	-	-	(1.834)
Pagamento dos dividendos adicionais propostos em 2010		-	-	-	-	-	-	-	(4.600)	-	(4.600)
Outros resultados abrangentes											
Mensuração de instrumentos financeiros, líquidos	26	-	-	-	-	-	1.107	-	-	-	1.107
Varição cambial sobre investimentos no exterior	13	-	-	-	-	-	-	8.146	-	-	8.146
Destinações do resultado do exercício:											
Reserva legal	20	-	-	11.172	-	-	-	-	-	(11.172)	-
Reserva estatutária de investimentos e de capital de giro	20	-	-	-	129.593	-	-	-	-	(129.593)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	20	-	-	-	-	-	-	-	-	(82.671)	(82.671)
Destinações dos lucros acumulados:											
Reserva legal	20	-	-	564	-	-	-	-	-	(564)	-
Reserva estatutária de investimentos e de capital de giro	20	-	-	-	6.541	-	-	-	-	(6.541)	-
Dividendos adicionais propostos	20	-	-	-	-	-	-	-	4.173	(4.173)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2011		500.000	2.554	46.187	193.087	(5.282)	167.334	10.567	4.173	-	918.620

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

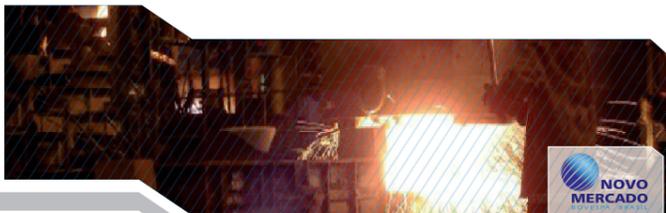
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 (Em milhares de Reais, exceto lucro por ação)

	Nota	Controladora - CPC		Consolidado - IFRS	
		31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Receita	25	1.999.119	1.728.689	2.905.139	2.227.398
Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados		(1.587.885)	(1.379.824)	(2.353.383)	(1.810.781)
Lucro bruto		411.234	348.865	551.756	416.617
Outras receitas		5.972	2.591	10.659	7.105
Despesas de vendas	23	(43.328)	(40.768)	(88.959)	(69.300)
Despesas gerais e administrativas	24	(70.942)	(59.382)	(102.059)	(80.554)
Honorários da Administração		(4.831)	(4.532)	(4.831)	(4.532)
Outras despesas	12	(2.924)	(4.015)	(8.313)	(7.779)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas, equivalência patrimonial e impostos		295.181	242.759	358.253	261.557
Receitas financeiras	22	52.576	21.186	61.746	24.974
Despesas financeiras	22	(45.396)	(38.628)	(76.921)	(54.480)
Receitas (despesas) financeiras líquidas		7.180	(17.442)	(15.175)	(29.506)
Resultado da equivalência patrimonial	13	23.627	1.365	-	-
Resultado antes dos impostos		325.988	226.682	343.078	232.051
Imposto de renda e contribuição social					
Correntes	11	(66.934)	(37.017)	(85.906)	(45.073)
(Reversão) diferidos		(35.618)	(25.512)	(33.736)	(22.825)
Resultado do exercício		223.436	164.153	223.436	164.153
Resultado do exercício por ação básico - R\$	20	2,3553	1,9776		
Resultado do exercício por ação diluído - R\$	20	2,3403	1,9746		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES (CONTROLADORA/CONSOLIDADO) EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 (Em milhares de Reais)

	31/12/2011	31/12/2010
Resultado do exercício	223.436	164.153
Outros resultados abrangentes		



DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 (Em milhares de Reais)

	Controladora - CPC		Consolidado - IFRS		Nota	Controladora - CPC		Consolidado - IFRS	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010		31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Fluxos de caixa das atividades operacionais									
Lucro líquido antes do imposto de renda e contribuição social	325.988	226.682	343.078	232.051		473.031	99.992	429.393	68.748
Ajustados por:									
Depreciação e amortização	37.924	34.963	52.910	50.713					
Impostos diferidos	35.618	25.512	33.736	22.825					
Custo residual de ativos imobilizados baixados	22.212	3.883	35.382	11.482					
Resultado da equivalência patrimonial	13 (23.627)	(1.365)	-	-					
Provisão para contingências (adições mais atualizações)	18 6.345	4.983	10.698	7.444					
Reversão da provisão de contingências	18 (6.640)	(2.190)	(8.829)	(5.030)					
Variação cambial de investimento no exterior	13 (8.116)	(147)	-	-					
Mensuração dos instrumentos financeiros	(1.107)	1.176	(1.107)	1.176					
Despesas de juros e variações cambiais	34.012	20.592	58.947	31.053					
Plano de opções de compra de ações	930	(1.624)	930	(1.624)					
Variação cambial - ativo imobilizado exterior	14 -	-	(22.703)	(725)					
Variáveis nos ativos e passivos									
Redução (Aumento) em aplicações financeiras	200.930	(126.803)	219.644	(142.555)					
Aumento em contas a receber	(72.236)	(23.261)	(143.319)	(52.831)					
Aumento nos estoques	(6.637)	(60.936)	(61.468)	(121.152)					
Aumento em fornecedores	32.106	7.429	75.701	41.698					
(Aumento) redução em outras contas a receber, impostos a recuperar e demais contas	(57.360)	1.130	(89.252)	(37.155)					
Aumento em outras contas a pagar, provisões e demais contas	11.525	26.985	10.951	76.451					
Aumento outras contas a pagar (Aquisição Montich)	8.098	-	-	-					
Imposto de renda e contribuição social	11 (66.934)	(37.017)	(85.906)	(45.073)					
Caixa e equivalentes de caixa líquidos gerados pelas atividades operacionais									
Fluxos de caixa das atividades de investimentos									
Aumento de capital em dinheiro em controladas	13 (118)	(11.314)	-	-					
Aquisição investimentos líquidos de caixa	(14.196)	-	-	-					
Aquisição de ativos intangíveis	15 (627)	(803)	(627)	(803)					
Aquisição de ativos imobilizados	14 (158.147)	(77.427)	(196.773)	(94.921)					
Caixa e equivalentes de caixa líquidos aplicados nas atividades de investimentos									
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos									
Dividendos recebidos	100	90	-	-					
Empréstimos tomados	58.241	448.727	359.097	652.679					
Pagamentos de empréstimos	(29.402)	(439.237)	(251.403)	(570.619)					
Pagamentos de juros sobre empréstimos	(23.621)	(19.042)	(41.217)	(31.097)					
Pagamento de dividendos propostos e adicionais	(65.337)	(20.399)	(65.337)	(20.399)					
Caixa e equivalentes de caixa líquidos (aplicados nas) gerados pelas atividades de financiamentos									
Aumento (redução) no caixa e equivalente de caixa									
Variação cambial sobre o caixa e equivalentes de caixas das controladas no exterior									
No início do exercício	7 6.717	26.130	57.639	55.302					
No fim do exercício	7 246.641	6.717	291.484	57.639					
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa									
	239.924	(19.413)	233.845	2.337					

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Em milhares de Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

As atividades da Companhia compreendem a fabricação e comercialização de chassis completos, travessas e rodas pesadas através da Divisão de Rodas e Chassis (Cruzeiro - SP); fabricação e comercialização de chassis completos, longarinas e estampados para veículos comerciais através da Maxion Montich S.A.; a fabricação e comercialização de alavancas de freio de mão, conjunto de pedais, e outros componentes automotivos através da Divisão de Componentes Automotivos (Contagem - MG); a fabricação e comercialização de rodas de aço para automóveis, picapes, utilitários esportivos e veículos comerciais leves e médios através da Divisão Fumagalli (Limeira - SP, San Luiz Potosi - México, Tlalnepanitla - no Estado do México e Troy - Michigan - EUA); a fabricação e comercialização de rodas pesadas através da Maxion (Nantong) Wheels, Co., Ltd. e participação em empresas que atuam na fabricação e comercialização de chassis completos, longarinas e estampados para veículos comerciais, componentes para veículos rodoviários, ferroviários, fundição e peças de reposição.

- O Parque Industrial da Iochpe-Maxion é composto por seis fábricas no Brasil, sendo duas delas dedicadas ao setor de equipamentos ferroviários e quatro ao setor automotivo, e cinco no exterior sendo uma fábrica na China, duas fábricas no México e duas fábricas na Argentina, as quais se encontram sinteticamente descritas a seguir:
- **Divisão Rodas e Chassis:** (Cruzeiro - SP) dedica-se à fabricação e comercialização de chassis completos, travessas e rodas pesadas.
- **Divisão de Componentes Automotivos:** (Contagem - MG) dedica-se à fabricação e comercialização de alavancas de freio de mão, conjunto de pedais, e outros componentes automotivos.
- **Divisão Fumagalli:** (Limeira - SP, San Luiz Potosi - México e Tlalnepanitla no Estado do México - México) dedica-se à fabricação e comercialização de rodas de aço para automóveis, picapes, utilitários esportivos e veículos comerciais leves e médios.

Controladas em conjunto

- **Amsted-Maxion Fundição e Equipamentos Ferroviários S.A.:** Fábrica de equipamentos ferroviários, opera por meio de duas divisões: Divisão Cruzeiro-SP - dedica-se à produção de fundidos industriais e ferroviários e rodas ferroviárias; e Divisão Hortolândia-SP - produção de vagões ferroviários de carga.
- **Maxion Montich S.A.** (anteriormente denominada Montich S.A.): (Córdoba-Argentina e Sete Lagoas-MG) - dedica-se à fabricação e comercialização de chassis completos, longarinas e estampados para veículos comerciais.
- **Remon Resende Montadora Ltda.** - Empresa voltada à prestação de serviços de montagem e balanceamento de conjunto de pneus, rodas e aros com sede em Resende-RJ.
- **Iochpe Sistemas Automotivos de México, S.A. de C.V.:** Empresa sediada na Cidade do México, que detém a participação nas empresas Maxion Fumagalli de México S de RL de C.V. - San Luiz Potosi - México, Servicios Maxion Fumagalli de México S.A. de C.V. no Estado de Nuevo Leon - México, Servicios Maxion Fumagalli S.A. de C.V. - San Luiz Potosi - México e Iochpe Sistemas Automotivos S. de R.L. de C.V. - Tlalnepanitla no Estado do México - México.
- **Maxion Fumagalli de México S. de RL de C.V.:** Empresa com sede em San Luiz Potosi - México, voltada à fabricação e comercialização de rodas de aço para automóveis, picapes, utilitários esportivos e veículos comerciais leves e médios.
- **Servicios Maxion Fumagalli de México S.A. de C.V.:** Empresa sediada no Estado de Nuevo Leon - México voltada à prestação de serviços em relação à administração comercial e financeira e terceirização de mão de obra.
- **Iochpe Sistemas Automotivos S. de R.L. de C.V.:** Empresa com sede em Tlalnepanitla no Estado do México - México, voltada à fabricação e comercialização de rodas de aço para automóveis, picapes, utilitários esportivos e veículos comerciais leves e médios.
- **Servicios Maxion Fumagalli S.A. de C.V.:** Empresa com sede em San Luiz Potosi - México voltada à prestação de serviços em relação à administração comercial e financeira e terceirização de mão de obra.
- **Maxion Hong Kong Limited:** Trading com sede em Hong Kong, China, voltada para intermediação de aquisição de máquinas e equipamentos. Foi constituída em outubro de 2009, sem movimentação até a presente data.
- **Maxion Fumagalli Japan KK:** Empresa com sede em Yokohama, Japão, voltada para importação e exportação de rodas para automóveis. Foi constituída em maio de 2010, sem movimentação até a presente data.
- **Cooperatie Maxion Europe U.A.:** Empresa com sede em Amsterdam, Holanda, voltada para importação e exportação de rodas pesadas para veículos automotores. Foi constituída em outubro de 2010.
- **Maxion (Nantong) Wheels, Co., Ltd.:** Empresa com sede em Nantong, China, voltada à fabricação e comercialização de rodas rodoviárias. Iniciou suas operações em julho de 2008.
- **Maxion Fumagalli Automotive USA, Inc.:** Empresa com sede em Troy - Michigan - EUA, tem por objetivo a gestão de estoque e comercialização de produtos da Divisão de Rodas e Chassis e da Divisão Fumagalli, para o mercado nos Estados Unidos, Canadá e México.
- **Iochpe Holdings, LLC:** Empresa sediada em Delaware, EUA, que detém participação na Maxion Fumagalli Automotive USA, Inc. e Maxion Fumagalli Japan KK.

Adicionalmente às unidades descritas acima, a Companhia possui controladas inativas, como segue:

- **Maxion Componentes Estruturais Ltda.:** Empresa inativa, desde agosto de 2007.
 - **Newbridge Strategic Partners:** Empresa inativa desde 2003, sediada em Cayman, BVI.
- A Controladora final Iochpe Maxion S.A. tem suas ações listadas na Bolsa de Valores de São Paulo, atendendo o Nível 1 do Novo Mercado, com o código MYPK3.

Concentração de nossas vendas

Grande parte da receita da Companhia e suas controladas e controladas em conjunto é resultante das vendas de produtos às montadoras, operadoras ferroviárias e mineradoras.

Flutuação nos preços do aço, nosso principal insumo

Uma parcela significativa das operações da Companhia e de suas controladas e controladas em conjunto depende da capacidade de adquirir aço a preços competitivos. Caso o preço do aço tenha um acréscimo significativo, e a Companhia e suas controladas e controladas em conjunto não consigam repassar esse aumento ao preço dos produtos ou reduzir custos operacionais para compensar esse aumento, a margem operacional será reduzida.

2. AQUISIÇÃO DE CONTROLADA EM CONJUNTO

Conforme contrato de compra e venda firmado em 13 de abril de 2011, a Companhia adquiriu 50% (cinquenta por cento) das ações da **Montich S.A.**, pelo preço de US\$ 11,6 milhões, vide nota explicativa nº 13. O demonstrativo do acervo líquido "valor contábil" no valor de R\$ 10.035 (equivalente a 100%), correspondente ao acervo líquido da Montich S.A. em 31 de maio de 2011:

Ativo	Passivo
Circulante	Circulante
Disponível	1.733
Clientes	13.522
Estoque	9.685
Outros	3.856
	28.796
Não circulante	Não circulante
Realizável a longo prazo	462
Imobilizado líquido	9.390
	9.852
Total	Total
	38.648

Em 31 de maio de 2011 ocorreu a mudança da denominação social da Montich S.A. para Maxion Montich S.A., mediante a ata de assembleia geral ordinária da Montich S.A.

Nessa aquisição não houve ativo intangível, pois o acréscimo foi alocado no ativo imobilizado no montante de R\$ 15.759, baseado em laudo de avaliação preparado por empresa especializada datado em 30 de junho de 2011. Essa alocação esta demonstrada conforme nota explicativa do ativo imobilizado nº 14.

Custos de aquisição

A Companhia incorreu em custos relacionados à aquisição de R\$ 559 referentes a honorários legais externos e custos de due diligence. Os honorários legais e os custos de due diligence foram incluídos nas despesas administrativas da Companhia na demonstração de resultado.

3. EMPRESAS DO GRUPO

As demonstrações financeiras individuais de 31 de dezembro de 2011 e 2010, foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro - IFRS, emitida pelo "International Accounting Standards Board - IASB", e as demonstrações financeiras individuais, foram preparadas de acordo com as normas CPC's, que abrangem as demonstrações financeiras da Iochpe-Maxion S.A. e suas controladas e controladas em conjunto, a seguir relacionadas:

	País	Participação direta - %		Participação indireta - %	
		31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Amsted-Maxion Fundição e Equipamentos Ferroviários S.A.	Brasil	50,00	50,00	-	-
Maxion (Nantong) Wheels, Co., Ltd.	China	100,00	100,00	-	-
Iochpe Sistemas Automotivos de México, S.A. de C.V.	México	100,00	100,00	-	-
Maxion Fumagalli de México S de RL de C.V. (3)	México	-	-	100,00	100,00
Servicios Maxion Fumagalli de México S.A. de C.V. (3)	México	-	-	100,00	100,00
Iochpe Sistemas Automotivos S. de RL de C.V. (7)	México	-	-	100,00	-
Servicios Maxion Fumagalli S.A. de C.V. (7)	México	-	-	100,00	-
Maxion Hong Kong Limited. (4)	China	100,00	100,00	-	-
Remon Resende Montadora Ltda. (5)	Brasil	33,33	33,33	-	-
Maxion Fumagalli Japan KK (6)	Japão	-	-	100,00	100,00
Cooperatie Maxion Europe U.A. (9)	Holanda	99,99	99,99	0,01	0,01
Maxion Montich S.A. (8)	Argentina	50,00	-	-	-
Iochpe Holdings, LLC	EUA	100,00	-	-	-
Maxion Fumagalli Automotive USA, Inc. (1)	EUA	-	-	100,00	100,00
Maxion Componentes Estruturais Ltda. (2)	Brasil	99,99	99,99	-	-
Newbridge Strategic Partners (2)	Cayman	100,00	100,00	-	-

- (1) Demonstrações financeiras consolidadas pela controlada Iochpe Holdings, LLC.
- (2) Empresa inativa.
- (3) Demonstrações financeiras consolidadas pela controlada Iochpe Sistemas Automotivos de México, S.A. de C.V.

4. BASE DE PREPARAÇÃO

4.1. Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC)

As presentes demonstrações financeiras incluem:

- As demonstrações financeiras consolidadas preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que seguem os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Padronização Contábil (CPC's);
- As demonstrações financeiras individuais da controladora preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (CPC's).

As demonstrações financeiras individuais da controladora foram elaboradas de acordo com o BR GAAP e, para o caso do Grupo, essas práticas diferem das IFRS aplicáveis para demonstrações financeiras separadas em função da avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e empreendimentos controlados em conjunto (joint ventures) pelo método de equivalência patrimonial no BR GAAP enquanto para fins de IFRS seria pelo custo ou valor justo.

Contudo, não há diferença entre o patrimônio líquido e o resultado consolidado apresentado pela Companhia e o patrimônio líquido e resultado da entidade controladora em suas demonstrações financeiras individuais. Assim sendo, as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e as demonstrações financeiras individuais da controladora estão sendo apresentadas lado-a-lado em um único conjunto de demonstrações financeiras.

A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pela Diretoria em 10 de fevereiro de 2012.

4.2. Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Os instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo;
- Os instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado;
- Ativo imobilizado onde foi adotado o custo atribuído;
- Os passivos para transações de pagamentos baseados em ações que serão liquidadas em dinheiro mensuradas pelo valor justo.

4.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as normas IFRS e as normas CPC exigem que a Administração da Companhia e de suas controladas e controladas em conjunto façam julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre incertezas sobre premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota nº 9 - Provisão para crédito de liquidação duvidosa;
- Nota nº 10 - Provisão para perdas com itens obsoletos;
- Nota nº 11 - Impostos a recuperar e diferidos;
- Nota nº 14 - Revisão da vida útil do ativo imobilizado;
- Nota nº 15 - Amortização do ativo intangível;
- Nota nº 18 - Provisão para contingências;
- Nota nº 21 - Plano de opção de compra de ações;
- Nota nº 26 - Instrumentos financeiros.

5. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

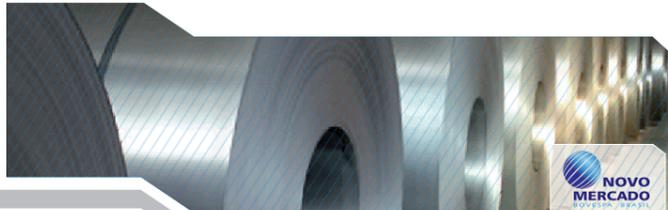
As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

a. Base de consolidação

Controladas e controladas em conjunto

As demonstrações financeiras das controladas e controladas em conjunto são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle, se inicia até a data em que o controle, deixa de existir. As políticas contábeis de controladas e controladas em conjunto estão alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora as informações financeiras de controladas e controladas em conjunto são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Em milhares de Reais)

• Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas derivadas de transações intragrupo, são eliminadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados se houver oriundos de transações com companhias investidas registrado por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia nas controladas. Prejuízos não realizados, se houver, são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

Descrição dos principais procedimentos de consolidação:

- Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas;
- Eliminação das participações da controladora no patrimônio líquido das entidades controladas, direta e indiretamente;
- Eliminação dos saldos de receitas e despesas, bem como de lucros não realizados, decorrentes de negócios entre as empresas. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira, mas apenas quando não há evidências de problemas de recuperação dos ativos relacionados;

b. Moeda estrangeira

b1. Transações com moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais das entidades da Companhia e suas controladas e controladas em conjunto pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do exercício, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o exercício, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do exercício de apresentação. Ativos e passivos não monetários denominados em moedas estrangeiras que são mensurados pelo valor justo são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi apurado.

b2. Operações no exterior

Os ganhos e as perdas decorrentes de variações de investimentos no exterior são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido na conta de ajustes acumulados de conversão, e reconhecidos no demonstrativo de resultado quando esses investimentos forem alienados, todo ou parcialmente. As demonstrações financeiras de controladas no exterior são ajustadas às práticas contábeis do Brasil e, posteriormente, convertidas para a moeda funcional local pela taxa de câmbio da data do fechamento. Algumas controladas, possuem moeda funcional diferente da controladora, como a Iochpe Holdings LLC, Maxion Fumagalli Automotive USA, Inc., Iochpe Sistemas Automotivos de México S.A. de C.V., Maxion Fumagalli de México S. de RL de C.V., Servicios Maxion Fumagalli de México S.A. de C.V., Servicios Maxion Fumagalli S.A. de C.V., Iochpe Sistemas Automotivos S. de R.L. de C.V., Maxion Hong Kong Limited, Maxion Fumagalli Japan KK, Cooperatie Maxion Europe U.A., Maxion Montich S.A. e a Maxion (Nantong) Wheels, Co. Ltd.

c. Instrumentos financeiros

• Ativos financeiros não derivativos

A Companhia e suas controladas e controladas em conjunto reconhecem os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Companhia e suas controladas e controladas em conjunto deixam de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando transferem os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

A Companhia e suas controladas e controladas em conjunto têm os seguintes ativos financeiros não derivativos: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis.

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia e suas controladas e controladas em conjunto gerenciarem tais investimentos e tomarem decisões de compra e venda baseada em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

Os ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio de resultado abrangem as aplicações financeiras.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e outros créditos.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo com liquidez imediata e vencimento igual ou inferior a 90 (noventa) dias e com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados pelo custo acrescido de juros auferidos, conforme demonstrado na nota explicativa nº 7.

• Passivos financeiros não derivativos

A Companhia e suas controladas e controladas em conjunto reconhecem títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Companhia e suas controladas e controladas em conjunto baixam um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, cancelada ou vendida.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

A Companhia e suas controladas e controladas em conjunto têm os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamentos, fornecedores e outras contas a pagar.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

• Instrumentos financeiros derivativos

Derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo; custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado como incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo, e as variações no valor justo são registradas no resultado excoeto nas circunstâncias descritas abaixo para contabilização de operações de *hedge*.

Hedges de fluxo de caixa

Quando um derivativo é designado como um instrumento de *hedge* em uma proteção (*hedge*) da variabilidade dos fluxos de caixa atribuível a um risco específico associado com um ativo ou passivo reconhecido ou uma transação prevista altamente provável e que poderia afetar o resultado, a porção efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida em outros resultados abrangentes e apresentada na reserva de avaliação patrimonial no patrimônio líquido. O valor reconhecido em outros resultados abrangentes é reclassificado para resultado no mesmo período que os fluxos de caixa protegidos (*hedge*) afetam o resultado na mesma linha na demonstração de resultados como item objeto de *hedge*. Qualquer porção não efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida imediatamente no resultado.

Caso o instrumento de *hedge* não mais atenda aos critérios de contabilização de *hedge*, expire, ou seja, vendido, encerrado, exercido, ou tenha a sua designação revogada, então a contabilização de *hedge* é descontinuada prospectivamente. Os resultados acumulados, anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes e apresentados na reserva de avaliação patrimonial no patrimônio líquido, permanecem ali até que a transação prevista afete o resultado. Quando o item sujeito a *hedge* é um ativo não financeiro, o valor reconhecido em outros resultados abrangentes é transferido para o valor contábil do ativo quando o ativo é realizado. Se não houver mais expectativas quanto à ocorrência da transação prevista, então o saldo em outros resultados abrangentes é reconhecido imediatamente no resultado. Em outros casos o valor reconhecido em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado no mesmo período em que o item objeto de *hedge* afeta o resultado.

Capital social

• Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários. Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definido em estatuto são reconhecidos como passivo.

• Recompra de ações (ações em tesouraria)

Quando o capital reconhecido como patrimônio líquido é recomprado, o valor da remuneração pago, o qual inclui custos diretamente atribuíveis, líquido de quaisquer efeitos tributários, é reconhecido como uma dedução do patrimônio líquido. As ações recompradas são classificadas como ações em tesouraria e são apresentadas como dedução do patrimônio líquido total.

d. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia e suas controladas e controladas em conjunto. A provisão para crédito de liquidação duvidosa foi constituída em montante considerado suficiente pela administração para suprir as eventuais perdas na realização dos créditos.

e. Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no princípio do custo médio e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em tratê-los às suas localizações e condições existentes. No caso dos estoques manufaturados e produtos em elaboração, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação baseado na capacidade operacional normal. O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

f. Investimentos

Os investimentos em controladas e controladas em conjunto são avaliadas por equivalência patrimonial. Outros investimentos que não se enquadrem na categoria acima são avaliados pelo custo de aquisição, deduzido de provisão para desvalorização, enquanto aplicável. Variações cambiais de investimento no exterior são reconhecidas na conta de ajustes acumulados de conversão no patrimônio líquido.

g. Imobilizado

• Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessária.

A Companhia e suas controladas e controladas em conjunto optaram por reavaliar os ativos imobilizados pelo custo atribuído (*deemed cost*) na data de abertura do exercício de 1 de janeiro de 2009. Os efeitos do custo atribuído aumentaram o ativo imobilizado tendo como contrapartida o patrimônio líquido, líquido dos efeitos fiscais, vide Nota Explicativa nº 14.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados, e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis para os quais a data de início para a capitalização seja 1º de janeiro de 2009 ou data posterior a esta.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

• Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e suas controladas e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

• Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituído do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Ativos arrendados são depreciados pelo período que for mais curto entre o prazo do arrendamento e as suas vidas úteis, a não ser que esteja razoavelmente certo de que irá obter a propriedade ao final do prazo do arrendamento. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas para os períodos correntes e comparativos estão demonstradas na Nota Explicativa nº 14.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revisados a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

h. Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis compreendem os ativos adquiridos de terceiros, inclusive por meio de combinação de negócios pela Companhia. Os seguintes critérios são aplicados:

- a. Adquiridos de terceiros por meio de combinação de negócios: Ágio apurado nas aquisições envolvendo combinações de negócios, que não são amortizados.
- b. Ativos intangíveis adquiridos de terceiros: são mensurados pelo custo total de aquisição, menos a amortização.

• Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados nos ativos específicos aos quais se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

• Amortização

Amortização é calculada sobre o custo de um ativo, ou outro valor substituído do custo, deduzido do valor residual. A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, que não ágio sem vida útil definida, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

As vidas úteis estimadas para os períodos correntes e comparativos estão demonstradas na Nota Explicativa nº 15.

i. Ativos arrendados

Os arrendamentos em cujos termos a Companhia e suas controladas e controladas em conjunto assumem os riscos e benefícios inerentes à propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. No reconhecimento inicial o ativo arrendado é medido pelo valor igual ao menor valor entre o seu valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil. Após o reconhecimento inicial, o ativo é registrado de acordo com a política contábil aplicável ao ativo.

Os outros arrendamentos mercantis são arrendamentos operacionais e não são reconhecidos no balanço patrimonial.

Pagamentos de arrendamentos

Os pagamentos efetuados sob arrendamentos operacionais são reconhecidos no resultado pelo método linear pelo prazo do arrendamento. Os incentivos de arrendamentos recebidos são reconhecidos como uma parte integrante das despesas totais do arrendamento, pelo prazo de vigência do arrendamento.

Os pagamentos mínimos de arrendamento efetuados sob arrendamentos financeiros são alocados entre despesas financeiras e redução do passivo em aberto. As despesas financeiras são alocadas a cada período durante o prazo do arrendamento visando a produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo. Pagamentos contingentes de arrendamentos são registrados através da revisão dos pagamentos mínimos do arrendamento pelo prazo remanescente do arrendamento quando o ajuste do arrendamento é confirmado.

j. Benefícios a empregados

Plano de contribuição definida

Contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual a Companhia e suas controladas e controlada em conjunto pagam contribuições fixas para Brasil Prev Seguros e Previdência S.A. e não terão nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições dos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados.

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

Transações com pagamento baseado em ações

O valor justo de benefícios de pagamento baseado em ações é reconhecido na data de outorga, como despesas de pessoal, com um correspondente aumento no patrimônio líquido, para os participantes das empresas do Brasil. De acordo com a política para os participantes das empresas do exterior é acrescido ao passivo não circulante, pelo período em que os empregados adquirem incondicionalmente o direito aos benefícios. O valor reconhecido como despesa é ajustado para refletir o número de ações para o qual existe a expectativa de que as condições do serviço e condições de aquisição não de mercado serão atendidas, de tal forma que o valor finalmente reconhecido como despesa seja baseado no número de ações que realmente atendem às condições do serviço e condições de aquisição não de mercado na data em que os direitos ao pagamento são adquiridos (*vesting date*).

k. Redução ao valor recuperável - Impairment

(i) Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não-pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido ao grupo sobre condições de que a Companhia não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado

A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado (para recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento) tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Ativos individualmente significativos são avaliados quanto a perda de valor específico. Todos os recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento individualmente significativos identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto a perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto as premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro mensurado pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis ou ativos mantidos até o vencimento. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os propriedade para investimento, estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos, são revisados a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso de ágio e ativos intangíveis com vida útil indefinida, o valor recuperável é estimado todo ano.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflete as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade dos ativos e os riscos específicos de ativo ou UGC. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados ao menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a "unidade geradora de caixa ou UGC"). Para fins do teste do valor recuperável do ágio, o montante do ágio apurado em uma combinação de negócios é alocado à UGC ou ao grupo de UGCs para o qual o benefício das sinergias da combinação é esperado. Essa alocação reflete o menor nível no qual o ágio é monitorado para fins internos e não é maior que um segmento operacional determinado de acordo com o IFRS 8 e o CPC 22.

Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes o UGCs são inicialmente alocadas na redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGC), e subsequentemente na redução dos outros ativos desta UGC (ou grupo de UGC) de forma *pro-rata*.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto a outros ativos, as perdas de valor recuperável é revertida somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

A Administração da Companhia não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de redução ao valor recuperável em 31 de dezembro de 2011.

l. Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia e suas controladas e controladas em conjunto possuem uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial.

m. Receita operacional

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

A receita operacional da venda de bens no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes a propriedade dos bens foram transferidos para o comprador.

A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado com base no estágio de conclusão do serviço na data de apresentação das demonstrações financeiras.

n. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras e ganhos com variações cambiais ativas. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas com juros sobre empréstimos e ganhos com variações cambiais passivas. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

O imposto de renda e contribuição social

O imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

No México, a Companhia está sujeita a uma alíquota de imposto de renda de 30%, nos Estados Unidos a uma alíquota de imposto de renda média de 35%, na Argentina a uma alíquota de imposto de renda média de 35%, na China a uma alíquota de imposto de renda média de 25%, incidindo tais alíquotas sobre o lucro tributável, de acordo com as legislações vigentes em cada uma dessas jurisdições.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para as seguintes diferenças temporárias: o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja combinação de negócios e que não afete nem a contabilidade tampouco o lucro ou prejuízo tributável, e diferenças relacionadas a investimentos em subsidiárias e entidades controladas quando seja provável que elas não revertam num futuro previsível. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Na determinação do imposto de renda corrente e diferido a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas a posição fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros tenha que ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada para com relação a todos os períodos fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações pode ser disponibilizadas o que levariam a Companhia a mudar o seu julgamento quanto a adequação da provisão existente; tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Em milhares de Reais)

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

p. Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do período atribuível aos acionistas controladores e não controladores da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo período. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito, diluidor, nos períodos apresentados, nos termos do CPC 41- Resultado por Ação e IAS 33 - Resultado por Ação.

q. Informações por segmento

Um segmento operacional é um componente da Companhia e suas controladas e controladas em conjunto que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outros componentes. Todos os resultados operacionais dos segmentos operacionais são revisados frequentemente pelos Administradores da Companhia para decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para avaliação de seu desempenho, e para o qual informações financeiras individualizadas estão disponíveis.

Os resultados dos segmentos incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis.

r. Valor presente

O cálculo do valor presente é efetuado para cada transação com base numa taxa de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de uma transação. A Companhia e suas controladas e controladas em conjunto não registraram o ajuste a valor presente em virtude de não ter efeitos relevantes nas demonstrações financeiras.

s. Demonstrações de valor adicionado

A Companhia elaborou demonstrações de valor adicionado (DVA) individuais e consolidadas nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme BRGAAP aplicável às companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional.

t. Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Diversas normas, emendas a normas e interpretações IFRS emitidas pelo IASB ainda não entraram em vigor para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011, sendo essas:

Novos *Standards*, emendas aos *Standards* e interpretações são efetivos para os períodos anuais iniciados a partir de 1 de janeiro de 2012, e não foram aplicados na preparação destas demonstrações financeiras. É esperado que nenhum desses novos *Standards* tenha efeito material sobre as demonstrações financeiras da Companhia, exceto pelo IFRS 9 *Financial Instruments* que pode modificar a classificação e mensuração de ativos financeiros mantidos pela Companhia, e pelos IFRS 10 e IFRS 11, os quais podem ter impacto nas entidades atualmente consolidadas e/ou consolidadas proporcionalmente pela Companhia. A Companhia não espera adotar esse *standard* antecipadamente e o impacto de sua adoção ainda não foi mensurado.

O CPC ainda não emitiu pronunciamentos equivalentes aos IFRSs acima citados, mas existe expectativa de que o faça antes da data requerida de sua entrada em vigor. A adoção antecipada dos pronunciamentos do IFRSs está condicionada à aprovação prévia em ato normativo da Comissão de Valores Mobiliários ou Conselho Federal de Contabilidade.

u. Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e divulgação baseados nos métodos conforme nota explicativa nº 26. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas daquele ativo ou passivo.

6. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

As informações por segmentos estão sendo apresentadas de acordo com o CPC 22 - Informações por Segmento (IFRS 8) e são apresentadas em relação aos negócios da Companhia e suas controladas e controladas em conjunto que foram identificados com base na sua estrutura de gerenciamento e nas informações gerenciais internas utilizados pelos principais tomadores de decisão da Companhia.

Um segmento é um componente identificável da Companhia, destinado à fabricação de produtos ou à prestação de serviços, ou ao fornecimento de produtos e serviços num ambiente econômico particular, o qual esteja sujeito a riscos e remunerações que são diferentes daqueles outros segmentos.

As operações realizadas entre os segmentos de negócios apresentados foram baseadas em condições equivalentes ao mercado.

Os resultados por segmento, assim como os ativos e os passivos, consideram os itens diretamente atribuíveis ao segmento, assim como aqueles que possam ser alocados em bases razoáveis. Os itens que não foram alocados aos segmentos compreendem principalmente ativos e passivos não relacionados diretamente a um segmento (aplicações financeiras, empréstimos e ativos corporativos) e as correspondentes receitas e despesas geradas por aqueles itens.

A Companhia possui dois segmentos de negócios: automotivo e ferroviário.

No segmento automotivo a Iochpe-Maxion tem como clientes as montadoras de veículos e seus principais produtos são: rodas de aço, chassis, conjuntos estampados estruturais, alavancas do freio de mão e conjuntos de pedais.

No segmento ferroviário seus clientes são os operadores logísticos e mineradoras e seus principais produtos são vagões de carga, fundidos e rodas ferroviárias.

	31/12/2011			31/12/2010		
	Automotivo	Ferrovário	Consolidado	Automotivo	Ferrovário	Consolidado
Receita	2.349.665	555.474	2.905.139	1.934.509	292.889	2.227.398
Depreciação e amortização (alocada no custo)	(45.003)	(5.586)	(50.589)	(39.849)	(5.956)	(45.805)
Benefícios a empregados (alocado no custo)	(34.110)	(10.125)	(44.235)	(31.531)	(6.839)	(38.370)
Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(1.813.580)	(444.979)	(2.258.559)	(1.463.521)	(263.085)	(1.726.606)
Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(1.892.693)	(460.690)	(2.353.383)	(1.534.901)	(275.880)	(1.810.781)
Lucro bruto	456.972	94.784	551.756	399.608	17.009	416.617
Administrativas e comerciais	(145.830)	(47.698)	(193.528)	(124.227)	(25.251)	(149.478)
Depreciação e amortização	(2.060)	(261)	(2.321)	(4.760)	(148)	(4.908)
Outras (despesas), receitas operacionais	(90)	2.436	2.346	(993)	319	(674)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas, equivalência patrimonial e impostos	308.992	49.261	358.253	269.628	(8.071)	261.557
Receitas financeiras	59.614	2.132	61.746	23.296	1.678	24.974
Despesas financeiras	(57.890)	(19.031)	(76.921)	(41.051)	(13.429)	(54.480)
(Despesas) receitas financeiras líquidas	1.724	(16.899)	(15.175)	(17.755)	(11.751)	(29.506)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	310.716	32.362	343.078	251.873	(19.822)	232.051
Imposto de renda e contribuição social, líquido	(107.682)	(11.960)	(119.642)	(74.638)	6.740	(67.898)
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	203.034	20.402	223.436	177.235	(13.082)	164.153

Das vendas do segmento automotivo, 71% (74% em 31 de dezembro de 2010) são vendas para montadoras do mercado interno. E as vendas para as operadoras logísticas representam 34% (48% em 31 de dezembro de 2010) e para as mineradoras representam 47% (30% em 31 de dezembro de 2010) das vendas do segmento ferroviário.

As vendas mercado externo estão subdivididas percentualmente nas seguintes regiões:

	31/12/2011			31/12/2010		
	Automotivo	Ferrovário	Total	Automotivo	Ferrovário	Total
África/Oriente Médio	0,5%	5,0%	0,9%	0,2%	3,8%	0,5%
América Latina	14,4%	13,8%	14,4%	6,8%	11,5%	7,2%
Ásia/Oceania	2,6%	1,8%	2,6%	7,3%	0,9%	6,8%
Canadá	0,1%	1,4%	0,2%	0,1%	0,9%	0,1%
EUA	50,7%	77,7%	53,2%	57,9%	80,7%	59,8%
Europa	5,7%	0,2%	5,2%	1,7%	2,2%	1,8%
México	26,0%	0,1%	23,5%	26,0%	-	23,8%

Balanco patrimonial por segmento

	31/12/2011			31/12/2010		
	Automotivo	Ferrovário	Total	Automotivo	Ferrovário	Total
Ativo	994.113	206.168	1.200.281	793.672	147.752	941.424
Realizável a longo prazo	73.029	85.183	158.212	94.423	73.557	167.980
Investimentos	104	-	104	233	-	233
Imobilizado	983.355	123.224	1.106.579	831.128	117.050	948.178
Intangível	27.438	-	27.438	26.583	-	26.583
2.078.039	414.575	2.492.614	1.746.039	338.359	2.084.398	
Passivo	756.034	304.868	1.060.902	352.752	191.355	544.107
Circulante	452.434	60.658	513.092	642.547	118.356	760.903
Não circulante	869.571	49.049	918.620	750.740	28.648	779.388
Patrimônio líquido	2.078.039	414.575	2.492.614	1.746.039	338.359	2.084.398

7. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Caixa e Bancos	11.089	6.717	19.675	9.302
No Brasil	-	-	6.858	7.221
No Exterior	11.089	6.717	26.533	16.523
Aplicações Financeiras de liquidez imediata	235.552	-	254.851	-
No Brasil	-	-	10.100	41.116
No Exterior	235.552	-	264.951	41.116
246.641	6.717	291.484	57.639	

As aplicações financeiras de liquidez imediata são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor de mercado das aplicações financeiras.

A Companhia considera como equivalentes de caixa os saldos de caixa, bancos, aplicações financeiras de liquidez imediata e aplicações financeiras com vencimento em até 90 dias (ou prazo inferior) a partir da data de contratação.

8. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Aplicações Financeiras de curto prazo	45.837	246.767	45.837	265.481
No Brasil	-	-	-	-

As aplicações financeiras de curto prazo com vencimento superior a 90 dias, referem-se a investimentos em Certificado de Depósito Bancário (CDB), atualizados com base na variação do Certificado de Depósito Bancário (CDI), remuneradas a taxas que variam entre 100% e 104,5% (100% e 104,5% do CDI em 31 de dezembro de 2010).

9. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Circulante:	205.010	153.753	342.874	232.747
No país	11.436	6.511	54.878	21.892
No exterior	32.923	17.075	-	-
Partes relacionadas no Exterior	(1.736)	(1.942)	(1.772)	(1.978)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	247.633	175.397	395.980	252.661
Não circulante	-	331	-	331
No país	-	331	-	331

Os valores apresentados no quadro acima de partes relacionadas no exterior são eliminados para fins de consolidação. Essas transações são entre a controladora com a Maxion (Nantong) Wheels, Co., Ltd. no montante de R\$ 3.131 (R\$ 3.335 em 31 de dezembro de 2010) e com a Maxion-Fumagalli Automotive USA, Inc. no montante de R\$ 29.792 (R\$ 13.740 em 31 de dezembro de 2010).

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Contas a receber - vencidos	23.298	13.134	27.858	17.107
De 1 a 30 dias	12.648	1.705	18.557	2.562
De 31 a 60 dias	1.196	237	3.210	258
De 61 a 90 dias	1.129	1.255	2.523	1.741
De 91 a 180 dias	3.412	1.766	3.720	2.362
Acima de 181 dias	41.683	18.097	55.868	24.030

A Companhia e suas controladas e controladas em conjunto tem como procedimento analisar seus títulos vencidos mensalmente, adotando o critério de provisão para crédito de liquidação duvidosa a totalidade dos títulos vencidos acima de 90 dias sem evidências de negociação, clientes concordatários e falidos.

10. ESTOQUES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Produtos acabados	50.304	54.680	96.988	94.376
Produtos em elaboração	40.331	18.942	68.161	23.986
Materias primas	72.728	78.157	171.860	154.643
Materiais auxiliares	4.301	3.905	16.148	13.669
Materiais para embalagens e almoxarifado	4.291	3.794	6.321	3.955
Adiantamento a fornecedores	21.428	28.119	28.785	33.332
Importações em andamento	2.527	2.860	2.611	5.343
Provisão para perdas com itens obsoletos	(2.599)	(3.783)	(8.371)	(8.269)
193.311	186.674	382.503	321.035	

Determinados itens considerados obsoletos, foram objetos de constituição de provisão para perdas com itens obsoletos. O efeito da provisão para perdas com itens obsoletos foi um decréscimo no custo dos produtos vendidos de R\$ 1.184 no resultado da controladora (aumento de R\$ 102 no consolidado) no exercício findo em 31 de dezembro de 2011.

11. IMPOSTOS A RECUPERAR E DIFERIDOS

a. Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
ICMS - Impostos sobre circulação de mercadorias e prestação de serviços	10.931	11.681	29.817	27.715
COFINS - Contribuição para o financiamento da seguridade social	899	6.553	19.021	17.802
IRPJ - Imposto de renda pessoa jurídica	11.564	7.663	18.351	11.747
PI - Programa de Integração Social	1.411	1.316	15.224	3.650
IPIS - Imposto sobre produtos industrializados	16.754	882	19.811	4.515
Outros	2.335	245	6.492	8.187
Ativo circulante	43.894	28.340	108.716	73.616
Ativo não circulante	(33.239)	(10.808)	(56.205)	(26.479)
10.655	17.532	52.511	47.137	

b. Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e, seu respectivo valor contábil.

De acordo com o CPC 32 e em consonância com as normas internacionais (IAS 12), a Companhia e suas controladas em conjunto, fundamentadas na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, determinada em estudo técnico aprovado pela Administração, reconheceram também os créditos tributários sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social de exercícios anteriores, que não possuem prazo prescricional e cuja compensação está limitada a 30% dos lucros anuais tributáveis. O valor contábil do ativo fiscal diferido é revisado trimestralmente pela Companhia e sua controlada em conjunto. E os consumos decorrentes estão sendo cumpridos com as previsões da Administração.

Os montantes dos impostos de renda e contribuição social diferidos reconhecidas no ativo e passivo não circulante têm a seguinte origem:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Diferenças temporárias	5.258	5.048	8.109	7.661
Provisão para contingências fiscais	1.224	1.342	2.359	1.979
Provisão para contingências trabalhistas/cíveis	590	660	602	673
Provisão para participação nos resultados	4.416	1.481	5.172	1.481
Provisão para perdas com itens obsoletos	884	1.286	2.846	2.811
Outras	12.127	4.796	16.738	4.761
Subtotal	24.499	14.613	35.826	19.366
Prejuízos fiscais	4.650	29.139	24.342	51.767
Base negativa de contribuição social	2.669	11.487	10.260	20.800
Subtotal	7.319	40.626	34.602	72.567
Total	31.818	55.239	70.428	91.933

Diferenças entre práticas contábeis adotadas no México e Brasil

Mudança de critério vida útil - México	-	-	(4.169)	(2.620)
Custo atribuído - imobilizado - CPC 27	70.345	76.537	86.238	93.268
Depreciação do custo atribuído - CPC 27	18.390	9.180	22.037	10.823
Custos financeiros capitalizados - CPC 08	1.247	2.151	1.247	2.151
Amortização da mais valia sobre investimentos	-	-	8.947	-

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Em milhares de Reais)

A Ata da Assembleia Geral Extraordinária de 1º de dezembro de 2009 aprovou Plano de Opção de Compra de Ações para administradores e empregados da Companhia e empresas por ela controlada, vide nota explicativa nº 21. Celebramos, no curso normal de nossos negócios, operações com partes relacionadas a preços, prazos, encargos financeiros e demais condições compatíveis com as de mercado. Tais operações incluem, entre outros, contratos de serviços compartilhados, contrato de consultoria, contratos de mútuo, contratos de financiamentos e concessão de avais em condições detalhadas abaixo:

Contas a receber	31/12/2011		31/12/2010		Vendas	Compras	Despesas Administr.
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo			
Amsted-Maxion Fundação e Equipamentos Ferroviários S.A.	-	-	-	-	-	31.178	2.909
Maxion (Nantong) Wheels, Co., Ltd.	6.266	-	3.131	6.753	29.244	-	-
Maxion Fumagalli de México S de RL de C.V.	1.987	-	-	-	17.991	8.045	-
Maxion Fumagalli Automotive USA, Inc.	2.099	6.753	31.779	6.130	1.382	141.619	-
Maxion Componentes Estruturais Ltda.	-	-	-	-	-	-	-
Iochepe Holdings, LLC	-	3.202	-	522	-	-	-
Cooperatie Maxion Europe U.A.	-	-	5.134	-	-	12.723	-
Iochepe-Maxion S.A. (Controladora)	32.923	6.700	3.231	3.202	162.851	17.903	385
	43.275	16.655	43.275	16.655	211.468	211.468	3.294

Contas a receber	31/12/2010		31/12/2010		Vendas	Compras	Despesas Administr.
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo			
Amsted-Maxion Fundação e Equipamentos Ferroviários S.A.	-	-	-	-	-	27.096	879
Maxion (Nantong) Wheels, Co., Ltd.	714	-	953	5.996	11.882	-	-
Maxion Fumagalli de México S de RL de C.V.	3.383	-	-	-	18.539	4.215	-
Maxion Fumagalli Automotive USA, Inc.	2.181	5.996	19.480	5.386	3.555	140.664	-
Maxion Componentes Estruturais Ltda.	-	-	-	48	-	-	-
Iochepe Holdings, LLC	-	2.727	-	456	-	-	-
Iochepe-Maxion S.A. (Controladora)	17.075	5.890	2.920	2.727	153.436	15.437	432
	23.353	14.613	23.353	14.613	187.412	187.412	1.311

Contas a receber, fornecedores e resultado
Os valores apresentados no quadro acima de contas a receber fornecedores e resultado são eliminados para fins de consolidação, não fazendo parte dos valores apresentados nos balanços patrimoniais e nos resultados.

Mútuos com controladas
O saldo de R\$ 6.753 (R\$ 5.996 em 31 de dezembro de 2010), refere-se ao mútuo da Maxion Fumagalli Automotive USA, Inc. com a Maxion (Nantong) Wheels, Co., Ltd., atualizado pela variação cambial, acrescido de juros de 0,44% ao ano, sem vencimento.
O saldo de R\$ 48 (R\$ 48 em 31 de dezembro de 2010), refere-se ao contrato de mútuo com a Maxion Componentes Estruturais Ltda., sem vencimento.
O valor de R\$ 6.130 (R\$ 5.386 em 31 de dezembro de 2010), refere-se ao contrato de mútuo da Maxion Fumagalli Automotive USA, Inc. com a Iochepe-Maxion S.A., atualizado pela variação cambial, acrescido de juros de 1,41% ao ano, com vencimento em 31 de março de 2012.
O valor de R\$ 522 (R\$ 456 em 31 de dezembro de 2010), refere-se ao contrato de mútuo da Iochepe Holdings, LLC com a Iochepe-Maxion S.A., atualizado pela variação cambial, acrescido de juros de 2,345% ao ano, com vencimento em 30 de junho de 2012.
O valor de R\$ 3.202 (R\$ 2.727 em 31 de dezembro de 2010), refere-se ao contrato de mútuo da Iochepe-Maxion S.A. com a Iochepe Holdings, LLC, atualizado pela variação cambial, acrescido de juros de 6% ao ano, com vencimento em 30 de junho de 2012.

Vendas
A Maxion (Nantong) Wheels, Co., Ltd. tem transação de vendas de rodas no montante R\$ 16.521 (R\$ 11.882 em 31 de dezembro de 2010), com a Iochepe Maxion S.A. (Cruzeiro) e vendas de rodas para Cooperatie Maxion Europe U.A. no montante de R\$ 12.723.

A Maxion Fumagalli de México S de RL de C.V. tem transação de vendas de rodas no montante R\$ 17.991 (R\$ 18.539 em 31 de dezembro de 2010), com a Maxion-Fumagalli Automotive USA, Inc.
A Maxion-Fumagalli Automotive USA, Inc. tem transação de vendas de rodas e chassis no montante R\$ 1.382 (R\$ 3.555 em 31 de dezembro de 2010), com a Iochepe Maxion S.A. (Cruzeiro).
A Iochepe-Maxion S.A. (Controladora) tem transações de vendas de rodas e chassis no montante R\$ 162.851 (R\$ 153.436 em 31 de dezembro de 2010), com as seguintes empresas:
• Maxion-Fumagalli Automotive USA, Inc. no montante de R\$ 123.628 (R\$ 122.125 em 31 de dezembro de 2010);
• Maxion Fumagalli de México S de RL de C.V. no montante de R\$ 8.045 (R\$ 4.215 em 31 de dezembro de 2010);
• Amsted-Maxion Fundação e Equipamentos Ferroviários S.A. venda de sucata nos montantes de R\$ 31.178 (R\$ 27.096 em 31 de dezembro de 2010).

Compras
A Amsted-Maxion tem operação de compra de sucata da Iochepe Maxion S.A. nos montantes de R\$ 31.178 (R\$ 27.096 em 31 de dezembro de 2010).
A Maxion Fumagalli de México S de RL de C.V. tem transação de compras de rodas no montante de R\$ 8.045 (R\$ 4.215 em 31 de dezembro de 2010), com a Iochepe Maxion S.A. (Limeira).
A Maxion-Fumagalli Automotive USA, Inc. tem transação de compras de rodas e chassis no montante de R\$ 141.619 (R\$ 140.664 em 31 de dezembro de 2010), com as seguintes empresas:
• Iochepe Maxion S.A. (Limeira) no montante de R\$ 105.364 (R\$ 88.552 em 31 de dezembro de 2010);
• Maxion Fumagalli de México S de RL de C.V. no montante de R\$ 17.991 (R\$ 18.539 em 31 de dezembro de 2010);
• Iochepe Maxion S.A. (Cruzeiro) no montante de R\$ 18.264 (R\$ 33.573 em 31 de dezembro de 2010).
A Cooperatie Maxion Europe U.A. tem transações de compra de rodas no montante de R\$ 12.723 com a Maxion (Nantong) Wheels, Co., Ltd. não tendo operação no exercício de 2010.
A Iochepe-Maxion S.A. (Controladora) tem transações de compras de rodas e chassis no montante R\$ 17.903 (R\$ 15.437 em 31 de dezembro de 2010), com as seguintes empresas:
• Maxion-Fumagalli Automotive USA, Inc. no montante de R\$ 1.382 (R\$ 3.555 em 31 de dezembro de 2010);
• Maxion (Nantong) Wheels, Co., Ltd. no montante de R\$ 16.521 (R\$ 11.882 em 31 de dezembro de 2010);
• No exercício de 2011 ocorreu a venda de uma parte do terreno e edificações da Amsted-Maxion Fundação e Equipamentos Ferroviários S.A. para a Iochepe Maxion (Cruzeiro), gerando um resultado de R\$ 3.970 (sendo eliminado no consolidado o valor de R\$ 1.985, devido a participação de 50% da Iochepe Maxion na controlada).

Segue abaixo um breve resumo dos principais contratos celebrados entre a Iochepe Maxion S.A. e suas controladas e administradores.

Contrato de Serviços Compartilhados (Shared Services Agreement)
Em 29 de fevereiro de 2000, a Amsted-Maxion Fundação e Equipamentos Ferroviários S.A., e a Iochepe-Maxion S.A., visando à redução de custos e despesas, firmaram um contrato pelo qual é regulamentado o compartilhamento entre as partes de infraestrutura e das instalações localizada na propriedade que as partes possuem na cidade de Cruzeiro, Estado de São Paulo, uma vez que tais propriedades são adjacentes e estão localizadas na mesma planta industrial. Cada uma das partes deverá arcar com o custo relativo à manutenção e à administração das instalações localizadas em sua propriedade e todas arcarão com quaisquer investimentos destinados ao aumento ou desenvolvimento da capacidade produtiva das instalações no caso do projeto ser do interesse de todas. O contrato tem vigência de 25 anos. As despesas de infraestrutura e instalações que compõem este contrato, lançadas em despesas administrativas somaram R\$ 2.909 em 31 de dezembro de 2011 (R\$ 879 em 31 de dezembro de 2010).

Contratos com membros da Administração
A Maxion Fumagalli Automotive USA, Inc. possui contrato com a BMA Automotive LLC ("BMA"), empresa controlada por Salomão Iochepe, membro do Conselho de Administração e acionista da Iochepe-Maxion S.A. Através desse contrato, a BMA Automotive LLC presta consultoria para a Divisão Rodas e Chassis, no atendimento a determinados clientes nos EUA e no Canadá. As despesas relativas a este contrato, lançadas como despesas de vendas somaram R\$ 385 em 31 de dezembro de 2011 (R\$ 432 em 31 de dezembro de 2010).

Avais e garantias concedidas em favor das controladas
Em 31 de dezembro de 2011 a Companhia apresentava um montante de R\$ 309.668 (R\$ 146.775 em 31 de dezembro de 2010), referente avais concedidos, sendo R\$ 13.800 em favor de sua controlada Maxion Componentes Estruturais Ltda., R\$ 295.868 em favor de sua controlada em conjunto Amsted Maxion Fundação e Equipamentos Ferroviários S.A.
Em 31 de dezembro de 2011 a Companhia apresentava um montante de R\$ 42.363 (R\$ 22.836 em 31 de dezembro de 2010), referente à garantia dos contratos de empréstimos de sua controlada Maxion (Nantong) Wheels, Co., Ltd.

13. INVESTIMENTOS

a. Composição dos saldos em empresas controladas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Participação em empresas controladas	187.166	177.314	-	-
Participação em empresas controladas em conjunto	71.501	28.785	-	-
Outros investimentos	104	233	104	233
	258.771	206.332	104	233

b. Movimentação dos saldos em empresas controladas

	31/12/2011		31/12/2010		Dividendos e juros sobre capital próprio recebidos	Saldo Contábil em 31/12/2011
	Saldo Contábil em 31/12/2010	Aumento de investimento aquisição	Aumento de capital em dinheiro	Variação cambial sobre investimento no exterior		
Amsted-Maxion Fundação e Equipamentos Ferroviários S.A.	28.647	-	-	18.417	-	47.064
Maxion (Nantong) Wheels, Co., Ltd.	17.738	-	3.222	(10.782)	-	10.178
Iochepe Sistemas Automotivos de México, S.A. de C.V.	135.024	-	(200)	18.384	-	153.208
Maxion Hong Kong Limited.	1	-	1	-	-	2
Cooperatie Maxion Europe U.A.	-	-	117	9	(173)	(47)
Maxion Montich S.A.	-	20.777	-	2.043	1.617	24.437
Remon Resende Montadora Ltda. (a)	138	-	-	138	(100)	176
Iochepe Holdings, LLC	24.421	-	-	3.072	(3.974)	23.519
Maxion Componentes Estruturais Ltda.	130	-	-	-	-	130
	206.099	20.777	118	8.146	(100)	258.667

Em 13 de abril de 2011 houve aquisição de 50% da Montich S.A. (denominação anterior), pelo valor de US\$ 11.625 mil, equivalente a R\$ 18.394, sendo que US\$ 8.025 mil equivalente a R\$ 12.679 (R\$ 11.813 líquido de caixa e equivalentes de caixa) pagos no dia 31 de maio de 2011 e o saldo remanescente de US\$ 3.600 mil equivalente a R\$ 5.715, que serão pagos em três parcelas anuais a vencer em 31 de maio de 2012, 2013 e 2014 acrescidas de variações cambiais e juros de 4% a.a.

Em 05 de outubro de 2011 houve um pagamento adicional previsto em contrato pelo valor de US\$ 1.282 mil, equivalente a R\$ 2.383, totalizando o investimento na Maxion Montich S.A. de R\$ 20.777.

Nos sete meses até 31 de dezembro de 2011, a Montich contribuiu com uma receita de R\$ 78.193 e lucro de R\$ 3.234. Caso a aquisição tivesse ocorrido em 1º de janeiro de 2011, a Administração estimou que a receita consolidada seria de R\$ 2.933.065 e o lucro para o exercício teria sido de R\$ 224.591. Para a determinação desses montantes, a Administração considerou que os ajustes de valor justo, determinados provisoriamente, que surgiram na data de aquisição, teriam sido os mesmos caso a aquisição tivesse ocorrido em 1º de janeiro de 2011.

A Companhia reconheceu um acervo líquido de R\$ 5.018 equivalente a 50% relativo a sua participação do acervo líquido total de R\$ 10.035. Esta transação gerou um ágio líquido de impostos e variação cambial de R\$ 13.376 (R\$ 13.292 relativo ao ágio líquido de impostos mais R\$ 84 referente a variação cambial). Esse ágio foi alocado no ativo imobilizado da Maxion Montich S.A. (nova denominação) baseado em laudo a valor de mercado de empresa especializada, conforme nota explicativa nº 2. Devido ao pagamento adicional de R\$ 2.383 houve a alocação adicional relativo ao ágio líquido de impostos. O ágio mencionado acima foi alocado no segmento automotivo. O ágio mencionado acima foi alocado no segmento automotivo.

(a) Foram utilizadas as demonstrações financeiras na data base de 30 de novembro de 2011.

c. Informações das empresas controladas

	Nº de ações ou quotas (em lote de mil)	Participação no capital social (%)	31/12/2011		31/12/2010		Capital Líquido	Patri-mônio Líquido	Receita Líquida	Lucro Líquido (prejuízo) do exercício
			Ativo	Passivo	Ativo	Passivo				
Amsted-Maxion Fundação e Equipamentos Ferroviários S.A.	6.020.031	50,00	829.149	731.052	43.702	98.097	1.110.984	40.803	-	
Maxion (Nantong) Wheels, Co., Ltd. (a)	-	100,00	81.875	71.697	63.519	10.178	60.153	(10.782)	-	
Iochepe Sistemas Automotivos de México, S.A. de C.V.	781.215	100,00	251.974	98.766	105.080	153.208	238.853	18.387	-	
Maxion Hong Kong Limited.	10	100,00	2	2	2	2	-	-	-	
Cooperatie Maxion Europe U.A.	50	99,99	12.265	12.312	122	(47)	6.760	(168)	-	
Maxion Montich S.A.	2.813	50,00	94.290	45.416	2.453	48.874	78.193	3.234	-	
Remon Resende Montadora Ltda. (b)	30	33,33	1.070	543	90	527	3.244	414	-	
Iochepe Holdings, LLC	5	100,00	71.052	47.532	23.448	23.520	183.892	(3.468)	-	
Maxion Componentes Estruturais Ltda.	130	99,99	178	48	3.871	130	-	-	-	

	Nº de ações ou quotas (em lote de mil)	Participação no capital social (%)	31/12/2010		31/12/2010		Capital Líquido	Patri-mônio Líquido	Receita Líquida	Lucro Líquido (prejuízo) do exercício
			Ativo	Passivo	Ativo	Passivo				
Amsted-Maxion Fundação e Equipamentos Ferroviários S.A.	6.020.031	50,00	676.718	619.423	43.702	57.295	585.778	(26.166)	-	
Maxion (Nantong) Wheels, Co., Ltd. (a)	-	100,00	64.845	47.107	53.757	17.738	35.217	(17.245)	-	
Iochepe Sistemas Automotivos de México, S.A. de C.V.	781.215	100,00	209.948	72.924	105.236	135.024	175.084	25.041	-	
Maxion Hong Kong Limited.	10	100,00	1	1	1	1	-	-	-	
Remon Resende Montadora Ltda.	30	33,33	940	527	90	413	2.372	356	-	
Iochepe Holdings, LLC	5	100,00	56.589	32.168	20.828	24.421	155.044	3.417	-	
Maxion Componentes Estruturais Ltda.	130	99,99	178	48	3.871	130	-	-	-	

(a) De acordo com a legislação Chinesa não existe a figura de quantidade de ações ou quotas.

(b) Foram utilizadas as demonstrações financeiras na data base de 30 de novembro de 2011.

14. IMOBILIZADO

a. Composição

	Taxa de depreciação % a.a. (I)	31/12/2011		31/12/2010	
		Custo	Depreciação atribuído	Líquido	Líquido
Edificações e benfeitorias	2,78 a 8,33	189.887	(55.902)	(1.000)	132.985
Máquinas e equipamentos	2 a 20	744.636	(301.572)	(34.271)	408.793
Moldes	3 a 33	48.482	(22.996)	(4.275)	21.211
Móveis e utensílios	4 a 10	13.973	(6.023)	(981)	6.969
Veículos	11,11 a 33,33	2.600	(1.040)	(60)	1.500
Equipamentos de computação	13 a 50	15.447	(9.013)	(1.880)	4.554
Outras imobilizações	4 a 50	5.953	(3.547)	(230)	2.176
Ferramentais	6,67 a 10	102.470	(29.312)	(14.850)	58.308
Terrenos	-	24.176	-	-	24.176
Obras em andamento (II)	-	72.384	-	-	72.384
Peças de reposição de máquinas	-	51.674	-	-	51.674
Adiantamentos a fornecedores	-	9.571	-	-	9.571
		1.281.253	(429.405)	(57.547)	794.301

b. Movimentação do custo - Controladora

	31/12/2010		31/12/2011	
	Custo	Adições	Baixas	Transfe-rências
Edificações e benfeitorias	166.200	104	(1.015)	24.598
Máquinas e equipamentos	689.581	3.526	(3.343)	54.872
Moldes	47.805	68	(361)	970
Móveis e utensílios	14.135	136	(406)	108
Veículos	2.691	402	(671)	178
Equipamentos de computação	15.688	349	(2.190)	1.600
Outras imobilizações	6.220	71	(94)	(244)
Ferramentais	100.893	629	(164)	1.112
Terrenos	22.376	-	(34)	1.834
Obras em andamento (II)	17.668	102.979	(778)	(47.485)
Peças de reposição de máquinas	46.248	23.020	(17.594)	-
Adiantamentos a fornecedores	20.302	26.863	(51)	(37.543)
	1.149.807	158.147	(26.701)	-

c. Movimentação da depreciação - Controladora

	31/12/2010		31/12/2011	
	Depre-ciação	Adições	Baixas	Outras
Edificações e benfeitorias	(52.694)	(4.827)	634	(15)
Máquinas e equipamentos	(312.793)	(23.877)	790	37
Moldes	(26.198)	(1.261)	210	(22)
Móveis e utensílios	(7.005)	(365)	362	(4)
Veículos	(1.235)	(624)	759	-

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Em milhares de Reais)

f. Movimentação da depreciação - Consolidado

	Consolidado					
	31/12/2010		31/12/2011			
	Depre- ciação	Variação	Depre- ciação			
	Aquisição	Cambial	Adições	Baixas	Outras	
Edificações e benfeitorias	(71.439)	(635)	(124)	(7.312)	(278)	(79.288)
Máquinas e equipamentos	(377.427)	(9.535)	(943)	(33.324)	(359)	(420.488)
Moldes	(37.660)	-	-	(2.764)	(178)	(40.112)
Móveis e utensílios	(8.509)	(3)	(1)	(737)	613	(8.634)
Veículos	(1.431)	-	-	(619)	632	(1.418)
Equipamentos de computação	(12.448)	(231)	(48)	(2.293)	1.987	(13.035)
Outras imobilizações	(3.349)	-	(103)	(366)	2	(3.816)
Ferramentais	(41.944)	(90)	(871)	(5.201)	69	(47.223)
	<u>(554.207)</u>	<u>(10.494)</u>	<u>(2.090)</u>	<u>(52.616)</u>	<u>5.393</u>	<u>(614.014)</u>

(I) Taxa média de edificações e benfeitorias 5,56%; máquinas e equipamentos 7,84%; moldes 18%; móveis e utensílios 7,50%; veículos 18,89%; equipamentos de computação 35%; outras imobilizações 26,25%; ferramentais 8,33%. As taxas médias foram iguais para o exercício de 31 de dezembro de 2010.

(II) Valor composto, basicamente, por edificações no valor de R\$ 47.036 (R\$ 5.650 em 31 de dezembro de 2010), máquinas e equipamentos de R\$ 12.741 (R\$ 5.776 em 31 de dezembro de 2010) e outros bens imobilizáveis de R\$ 12.607 (R\$ 6.244 em 31 de dezembro de 2010) referente principalmente à expansão nas unidades de Contagem, Cruzeiro e Limeira (Controladora).

(III) Valor composto, basicamente, por edificações no valor de R\$ 63.916 (R\$ 5.688 em 31 de dezembro 2010), máquinas e equipamentos de R\$ 11.711 (R\$ 10.596 em 31 de dezembro de 2010) e outros bens imobilizáveis de R\$ 19.541 (R\$ 9.313 em 31 de dezembro de 2010), referente principalmente à expansão nas unidades do México, Contagem, Cruzeiro e Limeira (Consolidado).

(IV) Conforme apresentando na nota explicativa nº 2 houve a aquisição de 50% da Montich S.A. (denominação anterior). Essa aquisição gerou um acréscimo no ativo imobilizado consolidado de R\$ 4.695 (50% conforme participação da Iochpe Maxion S.A.) e um ágio tangível no montante de R\$ 15.759 que foi alocado no ativo imobilizado conforme demonstrado no quadro acima, baseado em laudo de avaliação preparado por empresa especializada datado em 30 de junho de 2011.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2011, a Companhia e suas controladas e controladas em conjunto não identificaram a existência de indicadores de que determinados ativos desta poderiam estar reconhecidos contabilmente por montantes acima do valor recuperável, e dessa forma nenhuma provisão foi reconhecida nas demonstrações financeiras. Os valores dos bens do ativo imobilizado dados em garantia estão demonstrados na nota explicativa nº 16.

g. Revisão da vida útil

Em 1º de janeiro de 2010, a Companhia e suas controladas e controladas em conjunto revisaram a vida útil remanescente dos bens do ativo imobilizado. O levantamento foi realizado com base em laudo técnico emitido por empresa especializada na mesma data base.

Durante o exercício de 2011 a Companhia e suas controladas e controladas em conjunto revisaram a vida útil remanescente dos bens do ativo imobilizado. O levantamento foi realizado internamente por engenheiros internos. Não houve alteração na vida útil para 31/12/2011.

15. INTANGÍVEL

	Controladora						
	Custo/Amortização						
	Prazos de vida útil	Métodos de amortização	Saldo em 31/12/2010	Aquisições	Variação cambial	Amortização	Saldo em 31/12/2011
Software (c)	5 anos	linear	1.190	627	-	(296)	1.521
			<u>21.482</u>	<u>627</u>	<u>-</u>	<u>(296)</u>	<u>21.813</u>

	Consolidado						
	Custo/Amortização						
	Prazos de vida útil	Métodos de amortização	Saldo em 31/12/2010	Aquisições	Variação cambial	Amortização	Saldo em 31/12/2011
Ágio na aquisição de participação (b)	não amortiza	1.114	-	(2)	-	1.112	
Direito de uso do terreno (c)	50 anos	linear	3.987	-	839	(313)	4.513
Software (d)	5 anos	linear	1.190	627	-	(296)	1.521
			<u>26.583</u>	<u>627</u>	<u>837</u>	<u>(609)</u>	<u>27.438</u>

(a) Refere-se ao ágio proveniente da aquisição de 100% do capital social da Meritor Comércio e Indústria de Sistemas Automotivos Ltda. em 21 de setembro de 2009. De acordo com laudo emitido por empresa especializada independente foi estimado que o valor justo de mercado da Empresa adquirida, na data base de 21 de setembro de 2009, era de R\$ 79.762, utilizando-se taxas de desconto em termos reais de 11,5% a.a. O valor total do ágio considerando a mais valia dos ativos foi de R\$ 125.757, sendo que foi registrado no ativo imobilizado nas rubricas de edificações R\$ 45.876, máquinas e equipamentos R\$ 33.277, estoques, dispositivos e ferramentas R\$ 2.596 e terrenos R\$ 16.977, totalizando o montante de mais valia dos ativos de R\$ 98.726. Em dezembro de 2009 ocorreu a conclusão da compra da Meritor Comércio e Indústria de Sistemas Automotivos Ltda. estornando uma provisão de ICMS que estava no balanço de abertura no montante líquido de R\$ (7.242) e R\$ 503 de outros passivos. Com essas movimentações o ativo intangível apresentou o valor de R\$ 20.292.

(b) Em julho de 2010, a Companhia efetuou um ajuste no montante de R\$ 1.112 em virtude do acerto final da aquisição de 100% do capital social da Iochpe Sistemas Automotivos de México, S.A. de C.V. (anteriormente denominada Delance S.A. de C.V.) em 21 de setembro de 2009.

(c) Os ativos intangíveis com vida útil definida referem-se principalmente, ao direito de uso do terreno no montante líquido de R\$ 4.513 (R\$ 3.987 em 31 de dezembro de 2010), localizado em Nantong (China), para construção da subsidiária Maxion (Nantong) Wheels, Co. Ltd. A amortização é calculada linearmente no prazo de 50 anos, determinado no contrato de concessão.

(d) Direito de uso de Software da Iochpe Maxion S.A. filial de Limeira.

16. FINANCIAMENTOS E EMPRÉSTIMOS

a. Controladora

	Indexador	Taxa Anual de Juros %	Taxa efetiva custo de Transação %	Custo da transação incorridos	Saldos dos custos da transação apropriar	
					31/12/2011	31/12/2010
Moeda nacional:						
BNDES - EXIM PSI I		4,5	0,69 (a)	4.700	413.556	425.774
BNDES - EXIM PSI III		9,00	-	-	16.391	-
BNDES - AUTOMÁTICO	TJLP	5,7	-	-	7.154	5.305
BNDES - EXIM	Cesta Moedas	7,99	-	-	1.487	1.305
FINAME - PSI		4,5 a 5,5	-	-	23.757	1.722
FINAME	TJLP	1,10 a 5,00	-	-	977	742
FINDES PRO-INVEST	IPCA	4,00	-	-	28.734	13.361
FINPE		5,0	-	-	4.655	4.993
Subtotal moeda nacional					<u>496.711</u>	<u>453.202</u>
Moeda estrangeira:						
Importação US\$ 14.359 mil (31/12/2010 - US\$ 18.058 mil)		2,15 a 8,07	-	-	-	30.089
Empréstimo Externo - US\$ 14.201 mil (31/12/2010 - US\$ 14.218 mil)		3,13	-	-	-	26.638
ACC - (31/12/2010 - US\$ 313 mil)		-	-	-	-	522
Pré-Exportação US\$ 3.935 mil (31/12/2010 - US\$ 6.560 mil)	% CDI	101,9	-	-	-	7.381
Subtotal moeda estrangeira					<u>60.953</u>	<u>65.232</u>
Total financiamentos e empréstimos					<u>557.664</u>	<u>518.434</u>
Passivo circulante:						
Financiamentos e empréstimos					281.124	24.309
Total					<u>281.124</u>	<u>24.309</u>
Passivo não circulante:						
Financiamentos e empréstimos					279.390	499.632
Custos a amortizar (b)					(2.850)	(5.507)
Total					<u>276.540</u>	<u>494.125</u>

As parcelas do passivo não circulante têm o seguinte cronograma de pagamento:

Ano de vencimento:	
2013	157.596
2014	69.892
2015	11.836
2016	4.329
2017 em diante	32.887
	<u>276.540</u>

Os financiamentos FINAME estão garantidos por bens do ativo imobilizado no valor de R\$ 24.734 (R\$ 2.464 em 31 de dezembro de 2010).

b. Consolidado

	Indexador	Taxa Anual de Juros %	Taxa efetiva custo de Transação %	Custo da transação incorridos	Saldos dos custos da transação apropriar	
					31/12/2011	31/12/2010
Moeda nacional:						
BNDES - EXIM PSI I		4,5	0,61 (a)	4.700	2.850	468.097
BNDES - EXIM PSI II		9,0	-	-	-	16.391
BNDES - EXIM e AUTOMÁTICO	TJLP	1,0 a 4,65	-	-	-	43.079
	Cesta Moedas					
BNDES - EXIM		8,56	-	-	-	1.487
FINAME - PSI		4,5 a 5,5	-	-	-	24.280
FINAME - FABRICANTE		8,7	-	-	-	146.829
FINDES PRO-INVEST	IPCA	4,0	-	-	-	28.734
FINPE		5,0	-	-	-	4.655
Capital de Giro	% CDI	155	-	-	-	275
Subtotal moeda nacional					<u>733.827</u>	<u>626.458</u>
Moeda estrangeira:						
Importação US\$ 15.221 mil (31/12/2010 - US\$ 24.100 mil)		2,15 a 8,88	-	-	-	28.551
Empréstimo Externo - US\$ 14.201 mil (31/12/2010 - US\$ 14.218 mil)		3,13	-	-	-	26.638
Pré-Exportação US\$ 5.130 mil (31/12/2010 - US\$ 6.561 mil)	% CDI	101,9	-	-	-	9.622
Capital de Giro US\$ (31/12/2010 - US\$ 13.877 mil)		6,58	-	-	-	23.122
ACC - US\$ (31/12/2010 - US\$ 14.070 mil)		3,85 a 4,90	-	-	-	6.913
Capital de Giro - Yuan\$ 172.654 mil		6,23	-	-	-	51.451
Capital de Giro - Peso Arg\$ 3.241 mil		14,76	-	-	-	1.413
Capital de Giro - EURO\$ 2.133 mil		4,17	-	-	-	5.192
Subtotal moeda estrangeira					<u>122.867</u>	<u>104.812</u>
Total financiamentos e empréstimos					<u>856.694</u>	<u>731.270</u>
Passivo circulante:						
Financiamentos e empréstimos					539.506	138.403
Total					<u>539.506</u>	<u>138.403</u>
Passivo não circulante:						
Financiamentos e empréstimos					320.038	598.374
Custos a amortizar (b)					(2.850)	(5.507)
Total					<u>317.188</u>	<u>592.867</u>

As parcelas do passivo não circulante têm o seguinte cronograma de pagamento:

Ano de vencimento:	
2013	197.561
2014	70.416
2015	11.965
2016	4.360
2017 em diante	32.887
	<u>317.188</u>

(a) Taxa Efetiva do Custo da Transação é uma média ponderada de todos os Contratos de BNDES-EXIM. A metodologia do cálculo está de acordo com o Pronunciamento Contábil CPC 08 - Custos de Transação e Prêmio na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários, com taxa efetiva de 5,19% a.a. (controladora) e 5,11% a.a. (consolidado).

(b) Custos a amortizar referem-se à aplicabilidade do CPC 08. A Companhia está amortizando os custos de transação pelo prazo dos financiamentos e empréstimos ocorridos na captação.

Os financiamentos FINAME estão garantidos por bens do ativo imobilizado no valor de R\$ 25.720 (R\$ 57.292 em 31 de dezembro de 2010).

O BNDES-EXIM PSI parcialmente no montante de R\$ 275.549 está garantido pelo contas a receber da Controladora no País no valor de R\$ 205.010, mais hipotecas das plantas das filiais de Limeira e Cruzeiro no valor de R\$ 75.707 e R\$ 31.212, respectivamente.

A Companhia possui passivos vinculados a contratos que possuem cláusulas restritivas vinculadas a manutenção de determinados índices financeiros "Covenants" (BNDES - EXIM PSI parcialmente no montante de R\$ 275.549), dentre esses compromissos, existem cláusulas que preveem os limites de alguns índices determinados entre as partes. No caso de descumprimento dessa cláusula contratual específica, tal credor poderia, após a notificação do não cumprimento pela Companhia, exigir o vencimento antecipado das dívidas mantidas com a Companhia. Os "Covenants" são avaliados semestralmente. A Companhia vem cumprindo seus "Covenants".

17. FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
No país	83.069	57.741	145.022	104.111
No exterior	5.233	1.686	80.785	45.995
Partes relacionadas no exterior	3.231	-	-	-
	<u>91.533</u>	<u>59.427</u>	<u>225.807</u>	<u>150.106</u>

As transações com partes relacionadas no exterior referem-se entre a controladora e a Maxion (Nantong) Wheels, Co., Ltd. no montante de R\$ 1.132 e entre controladora e a Maxion-Fumagalli Automotive USA, Inc. no montante de R\$ 2.099.

18. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A Companhia e suas controladas e controladas em conjunto são partes em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos civis e outros assuntos.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Processos fiscais:				
Federal	15.423	14.730	23.777	22.415
Estadual	15	15	46	15
Municipal	27	103	27	103
Trabalhistas	3.009	3.937	6.347	5.811
Cíveis	590	574	590	574
	<u>19.064</u>	<u>19.359</u>	<u>30.787</u>	<u>29.918</u>

As movimentações na provisão para contingências da controladora e do consolidado são apresentadas a seguir:

	Controladora					Saldo em 31/12/2011
	Saldo em 31/12/2010	Adições	Atualizações	Estornos	Utilizações	
Contingências						
Processos fiscais:						
Federal	14.730	3.830	1.019	(3.740)	(416)	15.423
Estadual	15	-	-	-	-	15
Municipal	103	-	23	-	(99)	27
Trabalhistas	3.937	1.207	250	(573)	(1.812)	3.009
Cíveis	574	-	16	-	-	590
	<u>19.359</u>	<u>5.037</u>	<u>1.308</u>	<u>(4.313)</u>	<u>(2.327)</u>	<u>19.064</u>
Consolidado						
Contingências						
Processos fiscais:						
Federal	22.415	5.562	1.477	(3.740)	(1.937)	23.777
Estadual	15	31	-	-	-	46
Municipal	103	-	23	-	(99)	27
Trabalhistas	5.811	3.339	250	(573)	(2.480)	6.347
Cíveis	574	-	16	-	-	590



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Em milhares de Reais)

Processos de natureza cível

Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia e suas controladas e controladas em conjunto (controladora/consolidado) figuravam como parte em processos judiciais que versam sobre matéria cível, avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco provável ou possível no valor aproximado de R\$ 2.214 (R\$ 769 em 31 de dezembro de 2010), dos quais R\$ 590 (R\$ 574 em 31 de dezembro de 2010) considerados de risco provável encontram-se provisionados. Existem outros processos avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco remoto sem mensuração com suficiente segurança, para os quais nenhuma provisão foi constituída tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização ou divulgação.

Ativos contingentes

Em 31 de julho de 2007, foi publicada a decisão da Ação Ordinária nº 94.0034458-9, transitada em julgado em 6 de julho de 2007, autorizando a Controladora compensar prejuízo fiscal do período base 1989, referente às despesas de correção monetária do balanço correspondente ao expurgo inflacionário nos meses de janeiro e fevereiro de 1989 (Plano Verão), bem como o crédito financeiro correspondente ao montante pago a maior em 1989 e 1990. A apuração dos valores desses créditos, bem como o processo de habilitação junto à Secretaria da Receita Federal já foram protocolados. Estamos aguardando posição da Receita Federal.

19. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

A Companhia (Controladora) participa, desde 1º de agosto de 2004, da Brasil Prev Seguros e Previdência S.A., que oferece planos de complementação de aposentadoria, pecúlio e auxílio-doença. O plano de aposentadoria é de contribuição definida, sendo utilizado o regime financeiro de capitalização no cálculo atuarial das reservas. Em 31 de dezembro de 2011, participam desse plano 5.131 funcionários (5.004 em 31 de dezembro de 2010). O total de contribuições efetuadas pela Companhia atingiu o montante de R\$ 1.213 em 31 de dezembro de 2011 (R\$ 700 em 31 de dezembro de 2010). A Companhia e suas controladas e controladas em conjunto, através de laudo atuarial, elaborado por empresa especializada, provisionou o montante de R\$ 396 referente a plano de saúde pós-emprego.

20. PATRIMÔNIO LÍQUIDO (CONTROLADORA)

a. Capital social

Em 14 de abril de 2011, foi autorizado o aumento do capital social da Companhia, sem emissão de ações, no valor de R\$ 140.000 mediante capitalização do valor mencionado da conta de reserva de investimentos de capital de giro. O Capital Social é de R\$ 500.000 dividido em 94.863.372 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, não houve alteração na quantidade de ações no exercício.

O capital será sempre dividido exclusivamente em ações ordinárias, vedada a emissão de ações preferenciais. A Companhia está autorizada a aumentar o seu capital social, independentemente de reforma estatutária, até o limite de 10.660.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, mediante a emissão de novas ações ordinárias.

As emissões dentro do limite do capital autorizado serão efetuadas mediante deliberação do Conselho de Administração, que fixará a quantidade de ações emitidas, o prazo de emissão e de condições de integralização. A Companhia poderá, dentro do limite do capital autorizado e, de acordo com o plano aprovado pela Assembleia Geral, outorgar opções de aquisição de ações a seus administradores, empregados ou a pessoas físicas que prestem serviços à Companhia, nos termos do parágrafo 3º do art. 168 da Lei nº 6.404/76.

b. Direito das ações

Cada ação ordinária dará direito a 1 (um) voto nas deliberações das Assembleias Gerais. As ações terão a forma escritural e serão mantidas em contas de depósito, em nome de seus titulares, na instituição financeira autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") que a Companhia designar, sem emissão de certificados. A instituição depositária poderá cobrar dos acionistas o custo do serviço de transferência da propriedade das ações escriturais, observados os limites máximos fixados pela CVM.

A Companhia poderá suspender, por períodos que não ultrapassem, cada um, quinze dias, nem o total de noventa dias durante o ano, os serviços de transferências de ações. Os acionistas na proporção das ações que possuírem, terão direito de preferência para subscrição de novas ações e/ou de valores mobiliários conversíveis em ações. O prazo para exercício do direito de preferência será de 30 (trinta) dias, contados a partir da data de publicação da ata que deliberar o respectivo aumento ou do competente aviso. O órgão que autorizar a emissão poderá ampliar o prazo mencionado até o dobro.

c. Reserva estatutária de investimento e de capital de giro

As reservas de investimento e de capital de giro têm por finalidade assegurar investimentos em bens do ativo permanente e acréscimo do capital de giro, até mesmo mediante amortização de dívidas da Companhia, bem como a capitalização e o financiamento de sociedades controladas e coligadas. Será formada com parcela anual de no mínimo 10% e no máximo de 58% do lucro líquido e terá como limite máximo o importe que não poderá exceder, em conjunto com a reserva legal, o valor do capital social.

d. Destinação do lucro líquido

O lucro líquido do exercício, apurado em conformidade com os termos do artigo 191 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, terá a seguinte destinação: (i) 5% para a constituição da reserva legal, que não excederá 20% do capital social, (ii) 37% para a distribuição, como dividendos obrigatórios e (iii) o restante que não for apropriado à reserva estatutária de investimento e de capital de giro ou retido na forma prevista em orçamento de capital aprovado pela Assembleia Geral Ordinária será destinado como dividendo suplementar aos acionistas.

	2011
Lucro líquido do exercício	223.436
Reserva legal (5%)	(11.172)
Dividendos propostos - (37%) - dividendos por ação R\$ 0,87	(82.671)
Reserva estatutária de investimentos e de capital de giro (58%)	(129.593)
Lucros acumulados (depreciação do custo atribuído, líquido de impostos)	11.278
Reserva legal (5%)	(564)
Dividendos propostos - (37%) - dividendos por ação R\$ 0,04	(4.173)
Reserva estatutária de investimentos e de capital de giro (58%)	(6.541)
Por conta da adoção do conceito do custo atribuído aos bens do ativo imobilizado e da sua depreciação ao longo do exercício, restou ao final de 2011 um saldo ("Lucros Acumulados") no Patrimônio Líquido de R\$ 11.278.	
A Administração está propondo a destinação deste saldo da mesma forma que o estatuto social da Companhia destina o lucro líquido do exercício, ou seja, distribuição de 37% desse saldo (R\$ 4.173 ou R\$ 0,04 por ação) a título de dividendos adicionais, 5% (R\$ 564) a reserva legal e 58% (R\$ 6.541) à reserva estatutária de investimento e de capital de giro.	

e. Remuneração dos acionistas

A proposta de dividendos consignada nas demonstrações financeiras, conforme estatuto social determina a distribuição de um dividendo mínimo de 37% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do art. 202 da Lei nº 6.404/76, equivalente a R\$ 86.844. Com a adoção do custo atribuído aos bens do ativo imobilizado, a Companhia ajustou o lucro líquido do exercício, excluindo as despesas de depreciação do custo atribuído aos bens do ativo imobilizado da base de cálculo dos dividendos.

f. Lucro por ação básico e diluído

O resultado por ação básico e diluído foram calculados com base no resultado do exercício atribuído aos acionistas controladores e não controladores da Companhia no exercício de 2011 e a respectiva quantidade média de ações ordinárias em circulação neste exercício, comparativamente com o exercício de 2010, conforme quadro abaixo:

	Básico		Diluído	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Resultado do exercício	223.436	164.153	223.436	164.153
Média ponderada de ações	94.863	83.005	94.863	83.005
	2.3553	1.9776	2.3403	1.9746
Resultado do exercício	223.436	164.153	223.436	164.153
Média ponderada de ações	94.863	83.005	94.863	83.005
Efeitos potenciais de subscrição de opções de ações	358	127	358	127
Ações em tesouraria	253	-	253	-
Média ponderada de ações diluidoras	95.474	83.133	95.474	83.133
	2.3403	1.9746	2.3403	1.9746

A Companhia tem suas ações listadas na Bolsa de Valores de São Paulo, atendendo ao nível 1 do novo mercado, dessa, forma em 31 de dezembro de 2011 e 2010 a Companhia possui somente ações ordinárias.

g. Reserva de capital

Transações com pagamentos baseados em ações: refere-se à mensuração do plano de 2010 e 2011 de opção de compra de ações no valor de R\$ 2.554 (R\$ 1.624 em 31 de dezembro de 2010) teve a movimentação positiva no período no valor de R\$ 930.

h. Ações em tesouraria

A Companhia possui a quantidade de 253.000 (duzentas e cinquenta e três mil) ações ordinárias em tesouraria de sua própria emissão (140.800 adquiridas até 30 de setembro de 2011 e 112.200 adquiridas durante o 4º trimestre de 2011), adquiridas no mercado pelo montante de R\$ 5.282 como compromisso de plano de opções de compra de ações. O valor de mercado em 31 de dezembro de 2011 correspondia R\$ 6.388 (cotação de 29 de dezembro de 2011 no valor de R\$ 25,25).

i. Ajuste de avaliação patrimonial

Os ajustes e saldo do ano referem-se a:
 • Ajuste de custo atribuído ao imobilizado: refere-se à depreciação do custo atribuído no montante de R\$ 11.278 (R\$ 12.433 em 2010) líquido de impostos e a baixa no exercício de 2011 de itens do ativo imobilizado que tiveram custos atribuídos no montante de R\$ 1.834.
 • Ajustes de títulos e valores mobiliários: refere-se à mensuração de instrumentos financeiros das operações de proteção patrimonial (hedging accounting) no valor de R\$ 1.107 (R\$ 1.176 em 31 de dezembro de 2010), líquido de impostos.

j. Ajustes acumulados de conversão

Ajustes acumulados de conversão: o saldo de R\$ 10.567 (R\$ 2.421 em 31 de dezembro de 2010) teve a movimentação positiva no período no valor de R\$ 8.146, devido ao resultado da variação cambial do capital social das controladas Iochpe Holdings LLC, Iochpe Sistemas Automotivos de México, S.A. de C.V., Maxion Montich S.A., Cooperatie Maxion Europe U.A. e a Maxion (Nantong) Wheels, Co. Ltd.

21. PLANO DE OPÇÃO DE COMPRA DE AÇÕES

A Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 1 de dezembro de 2009, aprovou o plano de opção de compra de ações para administradores da Companhia sendo que as condições individuais de cada beneficiário estão descritas neste plano. O Beneficiário deverá ter destinado parte da gratificação anual paga pela Companhia, a título de participação nos lucros, líquida de imposto de renda e outros encargos incidentes "Participação nos Resultados", referente ao ano de 2009 para o plano de 2010 e referente ao ano de 2010 para o plano de 2011, para adquirir, em Bolsa de Valores, ações de emissão da Companhia as "Ações Próprias". Para tais fins, o Beneficiário deverá eleger entre destinar a Participação nos Resultados de maneira a comprometer-las nos percentuais definidos de 75%, 50% ou 25%. O percentual eleito pelo Beneficiário para aquisição de Ações Próprias determinará o número de Opções que o Beneficiário terá direito a exercer. Caso o Beneficiário deixe de destinar qualquer percentual da Participação nos Resultados à aquisição de Ações Próprias, não lhe serão outorgadas quaisquer Opções.

O percentual de comprometimento da Participação nos Resultados para aquisição de Ações Próprias, deverá ser definido e consequentemente comprovado pelo Beneficiário à Companhia, mediante apresentação da respectiva nota de corretagem até 5 dias após o final do prazo para aquisição de Ações Próprias. O prazo para aquisição de Ações Próprias se iniciará no dia subsequente ao dia em que a Companhia informar aos Beneficiários o Preço de Exercício e terá a duração de 15 dias corridos. Decorrido o prazo estabelecido, o Conselho definirá o número de opções outorgadas a cada Beneficiário, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$O = (B \cdot M) / P$$

Onde:

- "O": número de Opções outorgadas ao Beneficiário;
- "B": valor, em reais, da Participação nos Resultados destinado pelo Beneficiário à aquisição de Ações Próprias;
- "M": múltiplo sobre o valor da Participação nos Resultados destinado à aquisição de Ações Próprias, definido conforme as especificações abaixo; e
- "P": preço médio da ação da Companhia nos 20 pregões da Bolsa de Valores de São Paulo, imediatamente subsequentes ao término do prazo.

O múltiplo "M" mencionado acima terá um valor numérico fixo para cada Beneficiário, que será o seguinte:

- Se o Beneficiário tiver destinado 75% da Participação nos Resultados para aquisição de Ações Próprias, "M" será equivalente a 2,0;
- Se o Beneficiário tiver destinado 50% da Participação nos Resultados para aquisição de Ações Próprias, "M" será equivalente a 1,5; e
- Se o Beneficiário tiver destinado 25% da Participação nos Resultados para aquisição de Ações Próprias, "M" será equivalente a 1,0.

A Companhia celebrará com o Beneficiário, na data da definição das outorgas, o respectivo Contrato de Outorga de Opção de Ações, disciplinando os termos e condições da outorga.

O Preço de Exercício das Opções será equivalente ao preço médio da ação da Companhia nos 20 pregões da Bolsa de Valores de São Paulo (BOVESPA) anteriores ao dia 3 de março de 2010 para o plano de 2010 e 12 de março de 2011 para o plano de 2011, imediatamente antecedentes ao início do prazo de aquisição das Ações Próprias.

Índice de Correção do Preço de Exercício: IPCA/IBGE, a ser aplicado sobre o Preço de Exercício das Opções desde a data deste Programa até a data de exercício das respectivas Opções.

Exercício das Opções: as Opções serão divididas em 3 Lotes Anuais iguais, em termos de quantidade de Opções, exercíveis, respectivamente, em 2, 3 e 4 anos contados da data deste Programa. Terminado o correspondente prazo de carência, cada Lote Anual poderá ser exercido, total ou parcialmente, numa única ou em diversas ocasiões, e a qualquer tempo, pelo prazo final e extintivo de 3 anos, mediante notificação à Companhia, a cada exercício, com prazo de antecedência de 10 dias. Após o decurso deste prazo, o Beneficiário perderá o direito ao exercício das Opções do Lote Anual correspondente, sem direito a indenização. Caso o número de Opções outorgadas ao Beneficiário não seja divisível por 3, as sobras serão alocadas ao primeiro Lote Anual. Forma de Pagamento: em até cinco dias úteis após a data da efetiva transferência das ações resultantes do exercício da opção, em moeda corrente nacional, por meio de (i) cheque nominal à Companhia; (ii) transferência bancária para conta indicada pela Companhia; ou (iii) qualquer outra forma de pagamento expressamente permitida pela Companhia e previamente comunicada ao Beneficiário, por escrito.

As opções de compra de ações do plano 2010 em circulação em 31 de dezembro de 2011 têm as seguintes datas de vencimento e preços de exercício:

Data da outorga	Opções em circulação			Opções exercíveis		
	Preço de exercício - R\$	Opções em circulação	Vida remanescente contratual (anos)	Preço de exercício - R\$	Opções exercíveis	Preço de exercício - R\$
3 a 18 de março de 2010	14,88	41.584	4	16,46	-	-
3 a 18 de março de 2010	14,88	41.584	5	16,46	-	-
3 a 18 de março de 2010	14,88	41.584	6	16,46	-	-
		124.752				

Em 31 de dezembro de 2011, o preço de mercado unitário era de R\$ 25,25 por ação.

Os dados significativos incluídos no modelo para precificação do valor justo das opções concedidas em 2010 foram:

- Preço da opção de R\$ 11,55 para 4 anos, R\$ 12,38 para 5 anos, R\$ 13,14 para 6 anos em 31 de dezembro de 2011.
- Volatilidade de 3,03% estimada com base no desvio padrão do preço de fechamento diário da ação dos últimos quatro anos e nove meses.
- Vida esperada da opção corresponde de quatro a seis anos.
- Taxa de juros livre de risco anual de 10,57% para 4 anos, 10,73% para 5 anos e 10,78% para 6 anos.

A seguir são demonstrados os efeitos simulados decorrentes do: (i) exercício das opções outorgadas até 31 de dezembro de 2011; e (ii) exercício de todas as opções passíveis de serem outorgadas no âmbito do Programa de Outorga de Opções. Para ambos os cenários considerou-se a hipótese em que todas as opções eram exercíveis em 31 de dezembro de 2011.

	4 anos 1/3	5 anos 1/3	6 anos 1/3
Preço do exercício - R\$	18,84	19,69	20,57
Número de ações a serem adquiridas ou emitidas com exercício das opções	41.584	41.584	41.584
Valor justo das opções - R\$	11,55	12,38	13,14

As opções de compra de ações do plano 2011 em circulação em 31 de dezembro de 2011 têm as seguintes datas de vencimento e preços de exercício:

Data da outorga	Opções em circulação			Opções exercíveis		
	Preço de exercício - R\$	Opções em circulação	Vida remanescente contratual (anos)	Preço de exercício - R\$	Opções exercíveis	Preço de exercício - R\$
14 a 28 de março de 2011	20,95	77.766	5	21,80	-	-
14 a 28 de março de 2011	20,95	77.765	6	21,80	-	-
14 a 28 de março de 2011	20,95	77.765	7	21,80	-	-
		233.296				

Em 31 de dezembro de 2011, o preço de mercado unitário era de R\$ 25,25 por ação.

Os dados significativos incluídos no modelo para precificação do valor justo das opções concedidas em 2011 foram:

- Preço da opção de R\$ 8,11 para 5 anos, R\$ 9,12 para 6 anos, R\$ 10,21 para 7 anos em 31 de dezembro de 2011.
- Volatilidade de 3,03% estimada com base no desvio padrão do preço de fechamento diário da ação dos últimos quatro anos e nove meses.
- Vida esperada da opção corresponde de cinco a sete anos.
- Taxa de juros livre de risco anual de 10,73% para 5 anos e 10,78% para 6 anos e 10,90% para 7 anos.

A seguir são demonstrados os efeitos simulados decorrentes do: (i) exercício das opções outorgadas até 31 de dezembro de 2011; e (ii) exercício de todas as opções passíveis de serem outorgadas no âmbito do Programa de Outorga de Opções. Para ambos os cenários considerou-se a hipótese em que todas as opções eram exercíveis em 31 de dezembro de 2011.

	5 anos 1/3	6 anos 1/3	7 anos 1/3
Preço do exercício - R\$	26,22	27,39	28,48
Número de ações a serem adquiridas ou emitidas com exercício das opções	77.766	77.765	77.765
Valor justo das opções - R\$	8,11	9,12	10,21

22. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Receitas financeiras				
Receitas financeiras sobre aplicações	28.134	13.748	30.018	15.108
Juros e descontos obtidos	3.303	1.292	4.060	1.877
Variações cambiais - outros	4.531	4.423	10.128	6.136
Atualização financeira processos fiscais	16.310	-	16.310	-
Variações cambiais de instrumentos financeiros	-	501	-	501
Outras	298	1.222	1.230	1.352
	52.576	21.186	61.746	24.974
Despesas financeiras				
Juros	(28.461)	(28.751)	(42.723)	(37.010)
Variações cambiais de instrumentos financeiros	-	(2.723)	-	-
Variações cambiais - outros	(8.228)	(2.275)	(14.292)	(2.753)
Outras	(5.984)	(7.602)	(17.183)	(14.717)
	(45.396)	(38.628)	(76.921)	(54.480)

23. DESPESAS DE VENDAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Fretes	(32.795)	(29.341)	(55.297)	(36.938)
Despesas com pessoal	(6.419)	(6.076)	(8.966)	(8.387)
Locomoção/comunicação	(1.194)	(1.240)	(1.492)	(1.629)
Benefícios a empregados	(447)	(430)	(1.012)	(945)
Comissões/Royalties	(510)	(469)	(8.607)	(6.612)
Despesas com garantia	(222)	(117)	(2.615)	(2.428)
Outras despesas de vendas	(1.741)	(3.095)	(10.970)	(12.361)
	(43.328)	(40.768)	(88.959)	(69.300)

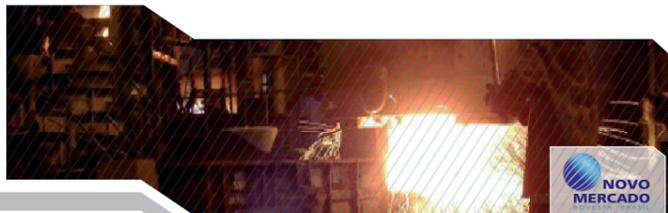
24. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Despesas com pessoal	(37.396)	(35.029)	(50.867)	(44.762)
Benefícios a empregados	(4.233)	(3.334)	(6.874)	(5.063)
Serviços terceiros	(15.411)	(9.295)	(19.466)	(12.092)
Locomoção/comunicação	(3.976)	(3.068)	(5.031)	(3.797)
Materiais/Manutenção	(3.849)	(3.696)	(4.952)	(4.697)
Depreciação e amortização	(1.835)	(1.552)	(2.211)	(4.818)
Outras despesas gerais e administrativas	(4.242)	(3.408)	(12.658)	(5.325)
	(70.942)	(59.382)	(102.059)	(80.554)

25. RECEITA OPERACIONAL

Abaixo apresentamos a conciliação entre as receitas bruta para fins fiscais e as receitas apresentadas na demonstração de resultado do exercício:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Receita bruta	2.445.718	2.121.500	3.551.261	2.676.094
(-) Deduções da receita				
Impostos sobre vendas	(435.597)	(380.577)	(491.805)	(407.886)
Abatimentos e devoluções	(11.002)	(12.234)	(154.317)	(4



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Em milhares de Reais)

a. Classificação dos instrumentos financeiros

A classificação dos instrumentos financeiros está apresentada no quadro a seguir, e de acordo com avaliação da Administração, não existem instrumentos financeiros classificados em outras categorias além das informadas:

Instrumentos financeiros por categoria

		31/12/2011		31/12/2010	
		Valor justo através do resultado	Empréstimos e recebíveis	Valor justo através do resultado	Empréstimos e recebíveis
Ativo					
Caixa e equivalentes de caixa	7	246.641	-	6.717	-
Aplicações financeiras	8	45.837	-	246.767	-
Contas a receber de clientes	9	-	247.633	-	175.728
Outras contas a receber		-	13.543	-	14.589
		<u>292.478</u>	<u>261.176</u>	<u>253.484</u>	<u>190.317</u>
Passivo					
Financiamentos e empréstimos	16	-	557.664	-	518.434
Fornecedores	17	-	91.533	-	59.427
Instrumentos financeiros derivativos	26	-	104	-	1.782
		-	<u>649.197</u>	-	<u>577.861</u>
Resultado					
Receitas financeiras	22	52.576	-	21.186	-
Despesas financeiras	22	(45.396)	-	(38.628)	-
		<u>7.180</u>	-	<u>(17.442)</u>	-

		31/12/2011		31/12/2010	
		Valor justo através do resultado	Empréstimos e recebíveis	Valor justo através do resultado	Empréstimos e recebíveis
Ativo					
Caixa e equivalentes de caixa	7	291.484	-	57.639	-
Aplicações financeiras	8	45.837	-	265.481	-
Contas a receber de clientes	9	-	395.980	-	252.992
Outras contas a receber		-	25.905	-	21.973
		<u>337.321</u>	<u>421.885</u>	<u>323.120</u>	<u>274.965</u>
Passivo					
Financiamentos e empréstimos	16	-	856.694	-	731.270
Fornecedores	17	-	225.807	-	150.106
Instrumentos financeiros derivativos	26	-	104	-	1.782
		-	<u>1.082.501</u>	-	<u>1.782</u>
Resultado					
Receitas financeiras	22	61.746	-	24.974	-
Despesas financeiras	22	(76.921)	-	(54.480)	-
		<u>(15.175)</u>	-	<u>(29.506)</u>	-

b. Valor justo

Em atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC nº 38 - Instrumentos financeiros: Reconhecimento e Mensuração, em 31 de dezembro de 2011, os valores justos dos investimentos com cotação pública foram baseados nos preços atuais de compra. Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou cotação pública, a Administração estabeleceu o valor justo através de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, a análise de fluxos de caixa descontados e o modelo de precificação de swap que faz o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam com o mínimo possível com informações geradas pela administração da própria entidade.

O IFRS 7 define o valor justo como o preço de troca que seria recebido por um ativo ou o preço pago para transferir um passivo (preço de saída) no principal mercado, ou no mercado mais vantajoso para o ativo ou passivo, numa transação normal entre participantes do mercado na data de mensuração, bem como estabelece uma hierarquia de três níveis a serem utilizados para mensuração do valor justo, a saber:

- **Nível 1** - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- **Nível 2** - Outras informações, exceto aquelas incluídas no nível 1, pelo qual os preços cotados (não ajustados) são para os ativos e passivos similares, (diretamente como preços ou indiretamente como derivados dos preços), em mercados não ativos, ou outras informações que estão disponíveis ou que podem ser corroboradas pelas informações observadas no mercado para substancialmente a integralidade dos termos dos ativos e passivos.
- **Nível 3** - Informações indisponíveis em função de pequena ou nenhuma atividade de mercado e que são significativas para definição do valor justo dos ativos e passivos (não-observáveis).

Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem pronto e regularmente disponíveis a partir de uma bolsa, agência reguladora, entre outros, e aqueles preços representem transações de mercado reais e que ocorram regularmente em bases puramente comerciais, sendo assim, o valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados ativos é baseado nos preços de mercado, cotados na data do balanço, estando incluído no nível 1.

O valor justo dos instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação.

Essas técnicas de avaliação maximizam o uso dos dados adotados pelo mercado onde está disponível e confiam o menos possível nas estimativas específicas da Companhia.

Se todas as informações relevantes exigidas para o valor justo de um instrumento forem fornecidas pelo mercado, o instrumento estará incluído no nível 2. Caso as informações sejam oriundas de dados internos da Companhia, o instrumento estará incluído no nível 3.

Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia e suas controladas e controlada em conjunto mantinham certos ativos cuja mensuração ao valor justo é requerida em bases recorrentes.

Estes ativos incluem investimentos em títulos privados e instrumentos derivativos. Os ativos e passivos da Companhia mensurados a valor justo em bases recorrentes e sujeitos a divulgação, conforme os requerimentos do IFRS 7 em 31 de dezembro de 2011 e 2010, são os seguintes:

	Mensuração valor justo - 31/12/2011				Mensuração valor justo - 31/12/2010			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativo circulante								
Caixa e equivalentes de caixa	246.641	-	-	246.641	291.484	-	-	291.484
Aplicações financeiras	-	45.837	-	45.837	-	45.837	-	45.837
Valor justo através do resultado	246.641	45.837	-	292.478	291.484	45.837	-	337.321
Passivo circulante								
Non Deliverable Forward ("NDF")	-	104	-	104	-	104	-	104
	-	104	-	104	-	104	-	104

	Mensuração valor justo - 31/12/2010				Mensuração valor justo - 31/12/2010			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativo circulante								
Caixa e equivalentes de caixa	6.717	-	-	6.717	57.639	-	-	57.639
Aplicações financeiras	-	246.767	-	246.767	-	265.481	-	265.481
Valor justo através do resultado	6.717	246.767	-	253.484	57.639	265.481	-	323.120
Passivo circulante								
Non Deliverable Forward ("NDF")	-	1.782	-	1.782	-	1.782	-	1.782
	-	1.782	-	1.782	-	1.782	-	1.782

Não houve transferência de ativos ou passivos entre níveis da hierarquia de valor justo para o período findo em 31 de dezembro de 2011 e 2010.

As operações da Companhia e suas controladas e controladas em conjunto estão sujeitas aos fatores de riscos abaixo descritos:

Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a Companhia e suas controladas e controladas em conjunto terem perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia e suas controladas e controladas em conjunto adotam como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. No que tange às instituições financeiras, a Companhia e suas controladas e controladas em conjunto somente realizam operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de rating.

Conforme comentado na nota explicativa nº 25, as receitas em sua totalidade são distribuídas entre as montadoras de veículos, operadores logísticos e mineradoras. A Administração da Companhia acredita que constitui provisões suficientes para fazer frente ao não recebimento e não temos diferenças entre o valor justo e contábil destas provisões (vide valor da provisão para créditos de liquidação duvidosa na nota explicativa nº 9).

Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada nas entidades operacionais da Companhia pelos profissionais de finanças que monitoram continuamente a liquidez. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida, cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial e, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais - por exemplo, restrições de moeda. Através de sua Política de Gestão de Riscos, a Companhia define limite mínimo de caixa consolidado e indicadores financeiros de gestão da dívida.

O excesso de caixa mantido pelas entidades operacionais, além do saldo exigido para administração do capital circulante, é mantido nas próprias entidades, mas gerenciado pelos profissionais de finanças. A Companhia investe sua liquidez de acordo com sua Política de Gestão de Risco Financeiro, aprovada pelo Conselho de Administração, em aplicações com liquidez, menor que 90 dias, através de depósitos em instituições financeiras.

O quadro abaixo representa os passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento:

	31/12/2011				31/12/2010			
	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 7 anos	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 7 anos	Entre 2 e 7 anos	
Empréstimos e financiamentos	281.124	157.596	118.944	539.506	197.561	119.627	119.627	
	281.124	157.596	118.944	539.506	197.561	119.627	119.627	

Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia e as suas controladas e suas controladas em conjunto estarem sujeitas aos ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia e suas controladas e suas controladas em conjunto buscam diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas.

Risco de taxas de câmbio

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pela Companhia e suas controladas em conjunto para a aquisição de insumos, a venda de produtos e a contratação de instrumentos financeiros. Além de valores a pagar e a receber em moedas estrangeiras, a Companhia tem investimentos em controladas no exterior e tem fluxos operacionais de compras e vendas em outras moedas. A Companhia e suas controladas e controladas em conjunto possuem política específica para a contratação de operações de hedge para mitigar esses riscos. Os principais ativos e passivos sujeitos aos riscos cambiais são:

Aplicações financeiras - A Companhia e suas controladas e controladas em conjunto possuem saldo de aplicações financeiras diferente da moeda funcional de cada um dos países de origem no montante de R\$ 322, equivalente a Peso Arg\$ 739 mil pesos argentinos, R\$ 28, equivalentes a US\$ 15 mil dólares norte-americanos, (R\$ 3.167 em 31 de dezembro de 2010, equivalentes a US\$ 1.901 mil dólares norte-americanos), R\$ 9.750, equivalentes a MXN 72.489 mil peso/México (R\$ 37.949 em 31 de dezembro de 2010, equivalentes a MXN 281.730 mil peso/México).

Contas a receber - A Companhia e suas controladas e controladas em conjunto possuem saldo de contas a receber diferente da moeda funcional de cada um dos países de origem no montante de R\$ 7.054, equivalente a € 2.898 mil euros, R\$ 1.051 em 31 de dezembro de 2010, equivalentes a € 472 mil euros), R\$ 6.433, equivalentes a Peso Arg\$ 14.755 mil pesos argentinos, R\$ 37.793, equivalentes a US\$ 20.147 mil dólares norte-americanos, (R\$ 22.535 em 31 de dezembro de 2010, equivalentes a US\$ 13.525 mil dólares norte-americanos), R\$ 2.064, equivalentes a MXN 15.346 mil peso/México e R\$ 1.534, equivalentes a Yuan\$ 5.149 mil RMB Chineses.

Financiamentos e empréstimos - Conforme demonstrado na nota explicativa nº 16, estão acrescidos dos encargos pactuados até as datas dos balanços, totalizando um saldo consolidado de passivos no montante de R\$ 64.811, equivalentes a US\$ 34.551 mil dólares norte-americanos (R\$ 104.812 em 31 de dezembro de 2010, equivalentes a US\$ 62.905 mil dólares norte-americanos), R\$ 51.451, equivalentes a Yuan\$ 172.654 mil RMB Chineses, R\$ 5.192, equivalentes a € 2.133 mil euros, R\$ 1.413, equivalentes a Peso Arg\$ 3.241 mil pesos argentinos.

Fornecedores - A Companhia e suas controladas e controladas em conjunto possuem saldo de fornecedores diferente da moeda funcional de cada um dos países de origem no montante de R\$ 8.990 em, equivalente a € 3.693 mil euros, R\$ 60.988, equivalentes a US\$ 32.513 mil dólares norte-americanos, (R\$ 45.995 em 31 de dezembro de 2010, equivalentes a US\$ 27.605 mil dólares norte-americanos), R\$ 5.827, equivalentes a MXN 43.326 mil peso/México e R\$ 4.980, equivalentes a Yuan\$ 16.713 mil RMB Chineses.

Instrumentos financeiros derivativos - Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2011, a Companhia mantém dólares no mercado futuro através de NDFs (Non Deliverable Forwards) no montante de R\$ 1.125 equivalentes a US\$ 600 mil dólares norte-americanos com vencimentos de janeiro de 2012 a fevereiro de 2012, com o objetivo de reduzir a exposição cambial da receita em dólar no curto prazo.

Efeito cambial positivo no resultado - Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2011, a Companhia obteve resultados positivos decorrente de operações em moedas estrangeiras com variações cambiais no contas a receber no montante de R\$ 8.430 e, em outras contas a receber no montante de R\$ 1.698, totalizando R\$ 10.128.

Efeito cambial positivo no resultado - Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2010, a Companhia obteve resultados positivos decorrente de operações em moedas estrangeiras com variações cambiais nos empréstimos e financiamentos no montante de R\$ 4.813 e, em fornecedores a pagar no montante de R\$ 1.052 e, em outras contas a pagar no montante de R\$ 398, totalizando R\$ 6.263.

Efeito cambial negativo no resultado - Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2011, a Companhia obteve resultados negativos decorrente de operações em moedas estrangeiras com variações cambiais em empréstimos e financiamentos no montante de R\$ 7.025, fornecedores no montante de R\$ 1.160 e, em outras contas a pagar no montante de R\$ 6.107, totalizando R\$ 14.292.

Efeito cambial negativo no resultado - Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2010, a Companhia obteve resultados negativos decorrente de operações em moedas estrangeiras com variações cambiais com clientes no montante de R\$ 2.164 e, em outras contas a pagar no montante de R\$ 589, totalizando R\$ 2.753.

Política de Cash Flow Hedge

A Companhia possui política formalizada e aprovada pelo Conselho de Administração regulamentando a contratação de instrumentos financeiros derivativos.

A Companhia e sua controlada em conjunto utilizam o Cash Flow Hedge para fixar o valor em moeda local de até 100% do valor projetado dos embarques das exportações para os 12 meses subsequentes e de dos seus Pedidos Firmes de Compras de importações de ferramentas, máquinas e equipamentos. O instrumento financeiro derivativo desta política é o Non Deliverable Forward ("NDF"), verificar os quadros abaixo sobre os valores contratados.

Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia e suas controladas e controladas em conjunto têm por política manter operações com instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de mitigar ou de eliminar riscos inerentes à sua operação, conforme descrito nos itens anteriores, portanto, mantêm monitoramento permanente sobre os instrumentos financeiros derivativos contratados por meio dos seus controles internos.

A Companhia e suas controladas e controladas em conjunto não contrataram instrumentos financeiros derivativos que exijam depósitos de margem em garantia. Os contratos derivativos não possuem cláusulas de penalidades caso a Companhia decida cancelar os contratos.

Críticos de determinação do valor justo

O valor justo estimado para os instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia e por suas controladas e controladas em conjunto foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado. O valor justo destes derivativos é obtido através do fluxo de caixa descontado, de acordo com as taxas contratuais e vigentes no mercado (câmbio e juros). Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor justo de cada operação. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que efetivamente serão realizados quando da liquidação financeira das operações.

A Companhia e suas controladas e controladas em conjunto, dentro de sua Política de Gestão de Risco Financeiro, utilizam contratos futuros de câmbio ("Non Deliverable Forward" e "Deliverable Forward"), conforme a seguir, como forma de amenizar os impactos das variações das taxas de câmbio sobre ativos e passivos, resultado financeiro e margem bruta:

A posição consolidada da Companhia em aberto em 31 de dezembro de 2011:

- NDF Venda - US\$ 600 mil - taxa média de dólar de R\$ 1,7088 - Vencimentos de janeiro a fevereiro de 2012;
As operações de NDF Compra até 31 de dezembro de 2011, que foram para o Resultado - valor de referência NDF venda US\$ 9.040 mil, valor justo (R\$ 2.159).

As operações de NDF Venda até 31 de dezembro de 2011, que foram para o Resultado - valor de referência NDF venda US\$ 4.700 mil, valor justo (R\$ 659).

Composição dos saldos dos instrumentos financeiros derivativos destinados à proteção de exposição a riscos

	Valor de referência (nacional)		Valor justo		Valor a receber/ (recebido)		Consolidado	
	US\$	US\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
	12/2011	12/2010	12/2011	12/2010	12/2011	12/2010	12/2011	12/2010
Contrato a termo								
Posição Venda	4.700	3.000	(659)	-	-	-502	(69)/(2.159)	-
Posição Compra	-	9.620	-	(1.176)	-	-	-	(1.176)/-

Demonstrativo das respectivas contrapartes e mercado de negociação ou de registro dos instrumentos

Descrição	Valor Contábil agrupado por ativo		Contraparte (a)		Mercado de negociação ou Registro de Instrumentos	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Contratos a termo						
Posição Venda	US\$ 600	-	Banco Bradesco S.A.	Banco Bradesco S.A.	Operação de balcão - CETIP	Operação de balcão - CETIP
Posição Comprada	-	US\$ 9.620	Instituições financeiras	Instituições financeiras	Operação de balcão - CETIP	Operação de balcão - CETIP

(a) Instituições Financeiras: Banco Bradesco S.A.

Em 31 de dezembro de 2011 a Companhia e sua controlada em conjunto não possuem margens dadas em garantia. Durante o exercício de 2011, não houve operações que deixaram de ser qualificadas para a contabilidade de operações de proteção patrimonial.

Demonstrativos dos prazos de vencimentos são:

NDF VENDA

Data Vencimento	NDF Patrimônio Líquido		NDF Resultado	
	Valor de referência (nacional) - US\$ mil	Valor Justo R\$ mil	Valor de referência (nacional) - US\$ mil	Valor Justo R\$ mil
Jan/2012	300	(34,5)	-	-
Fev/2012	300	(34,5)	-	-
Total	600	(69)	-	-

Em 31 de dezembro de 2011 a Companhia e sua controlada em conjunto, possuem uma projeção de exportação para o exercício o exercício de 2012 de US\$ 15.364 mil.

Análise de sensibilidade

Os instrumentos financeiros, incluindo derivativos, estão expostos às variações de valor justo em decorrência da flutuação de taxas de câmbio, taxas de juros (TJLP), e taxa (CDI). As avaliações da sensibilidade dos instrumentos financeiros a essas variáveis são apresentadas a seguir:

i. Seleção dos riscos

A Companhia e suas controladas e controladas em conjunto selecionou quatro riscos de mercado que mais podem afetar o valor dos instrumentos financeiros por ela detidos, como: (1) a taxa de câmbio dólar norte-americano-real; (2) a taxa de câmbio yuan-real; (3) a taxa de câmbio peso argentino-real; (4) a taxa de câmbio euro-real; (5) taxas de juros (CDI); (6) taxas de juros (TJLP); (7) taxa aplicação (CDI).

ii. Seleção dos cenários

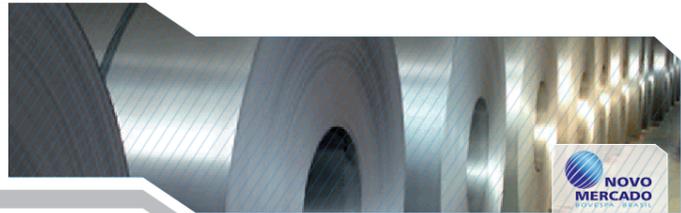
No quadro a seguir foram considerados três cenários de risco para os indexadores de moedas desses passivos financeiros, sendo o cenário provável o adotado pela Companhia e suas controladas e controladas em conjunto. Além desse cenário a CVM através da Instrução nº 475 determinou que fossem apresentados mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% das variáveis do risco consideradas, para os quais se tomou como base 31 de dezembro de 2011.

O cenário provável considera a divulgação Focus de 20/01/2012 da cotação do dólar norte americano-real, e taxas de juros TJLP e taxas CDI em relação às cotações de fechamento em 31 de dezembro de 2011.

Os cenários possíveis e remotos consideram altas de 25% e 50%, respectivamente, da cotação do dólar norte-americano-real, yuan-real, peso argentino-real, euro-real e taxas de juros TJLP, taxas CDI em relação às cotações de fechamento em 31 de dezembro de 2011.

Análise de sensibilidade de variações na moeda estrangeira (Consolidado)

	Cenários em reais		
	Provável	Possível + 25%	Remoto + 50%
Taxa dólar - R\$ em 31/12/11	1,8758	1,79	2,34


NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Em milhares de Reais)

Instrumentos financeiros derivativos - NDF e Exportação

		Cenários em reais			
		Provável	Possível + 25%	Remoto + 50%	
Taxa dólar - R\$	1,8758	1,79	2,34	2,81	
Exportações Previstas - US\$ 15.364 mil	28.820	27.502	35.952	43.173	
Efeito	-	(1.318)	7.132	14.353	
Taxa MTM - R\$	1,8758	1,79	2,34	2,81	
Taxa média contratação - NDF	1,7088	1,7088	1,7088	1,7088	
NDF em aberto - US\$ 600 mil		600	600	600	
Efeito - R\$ 69	(100)	(49)	(379)	(661)	

Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros (Consolidado)
Financiamentos e empréstimos em TJLP

		Cenários em reais			
		Provável	Possível + 25%	Remoto + 50%	
Taxa TJLP em 31/12/11	6,00%	6,00%	7,50%	9,00%	
Financiamentos indexados - TJLP - R\$ 43.079	2.585	2.585	3.231	3.877	
Efeito		-	(646)	(1.292)	

Financiamentos e empréstimos em CDI

		Cenários em reais			
		Provável	Possível + 25%	Remoto + 50%	
Taxa CDI em 31/12/11	10,87%	10,03%	13,59%	16,31%	
Financiamentos indexados - CDI - R\$ 275	30	28	37	45	
Efeito		2	(7)	(15)	

Há financiamentos no valor total de R\$ 660.252 cuja taxa é pré-fixada entre 4,5% a 9,0% a.a., que não estão expostos a riscos de oscilações no câmbio e na taxa de juros.

Análise de sensibilidade de variações nas aplicações financeiras (Consolidado)
Aplicações financeiras - CDI

		Cenários em reais			
		Provável	Possível + 25%	Remoto + 50%	
Taxa CDI em 31/12/2011	10,87%	10,03%	8,15%	5,44%	
Aplicações financeiras - CDI - R\$ 300.688	32.685	30.159	24.506	16.357	
Efeito		(2.526)	(8.179)	(16.328)	

27. COMPROMISSOS

A Companhia e suas controladas e controladas em conjunto possuem contratos de aluguel de imóveis por períodos variáveis de tempo entre 1 e 5 anos com cláusula de renovação automática. A expectativa é a de que esses contratos continuem sendo renovados. Os gastos com alugueis anuais são estimados conforme tabela a seguir:

	Controladora	Consolidado
2012	1.361	2.692
2013	1.405	2.742
2014	1.451	2.796
2015	1.499	2.849
2016	1.549	2.899
	7.265	13.978

Adicionalmente, a Companhia não tem outros compromissos a longo prazo com terceiros. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2011, os gastos com esses contratos de aluguel consolidados foram de R\$ 2.929 (R\$ 2.056 em 31 de dezembro de 2010).

Em 31 de dezembro de 2011, com base nos contratos de locação assinados, a obrigação futura estimada para os próximos cinco anos está indicada na tabela anterior. Essa tabela não inclui eventuais renovações dos referidos contratos, após o vencimento normal.

28. GESTÃO DE CAPITAL

A política da Administração é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Diretoria monitora os retornos sobre capital, que a Companhia define como resultados de atividades operacionais divididos pelo patrimônio líquido total. A Diretoria também monitora o nível de dividendos para acionistas ordinários.

A Administração da Companhia procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis mais adequados de empréstimos e as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável. O objetivo é atingir um retorno compatível com o seu custo de capital revisado anualmente através do conceito do WACC - Custo Médio Ponderado de Capital.

A dívida em relação do capital ao final do exercício é apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Total financiamentos e empréstimos	557.664	518.434	856.694	731.270
(-) Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	(292.478)	(253.484)	(337.321)	(323.120)
Dívida líquida	265.186	264.950	519.373	408.150
Total do patrimônio líquido	918.620	779.388	918.620	779.388
Relação dívida líquida sobre capital	29%	34%	57%	52%

29. SEGUROS

A Companhia e suas controladas e sua controlada em conjunto adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

	Controladora	Consolidado
Danos materiais	211.079	495.499
Lucros cessantes	60.000	122.000
Responsabilidade civil	24.000	41.446

30. EVENTOS SUBSEQUENTES
Aquisição Grupo Galaz

Em 19 de outubro de 2011, as controladas mexicanas Iochpe Sistemas Automotivos de Mexico, S.A. de C.V. e Maxion Fumagalli de México, S.A. de C.V. celebraram *Stock Purchase Agreement* (Contrato de Compra de Ações) para a aquisição de 100% do Grupo Galaz S.A. de C.V. por aproximadamente US\$ 195 milhões.

Em 23 de janeiro de 2012, as controladas mexicanas Iochpe Sistemas Automotivos de México, S.A. de C.V. e Maxion Fumagalli de México, S.A. de C.V. concluíram a aquisição de 100% do Grupo Galaz S.A. de C.V., com o valor final da aquisição aproximado de US\$ 226 milhões, por conta de variações de determinados itens ativos e passivos, conforme disposto no Contrato de Compra de Ações.

Conforme determinado no Contrato de Compra de Ações, o Grupo Galaz tem um prazo de até 90 dias para a entrega de um balanço de fechamento auditado, para apuração do ágio e preparação dos laudos de alocação da mais valia (*Purchase Price Allocation - PPA*). Com isso, não foi possível o atendimento de todas as divulgações determinadas no CPC 15.

Aquisição Grupo Hayes Lemmerz International, Inc.

Em 5 de outubro de 2011, a controlada norte-americana Iochpe Holdings LLC, celebrou *Agreement and Plan of Merger* (Contrato e Plano de Fusão) para a aquisição de 100% da Hayes Lemmerz International, Inc. por aproximadamente US\$ 725 milhões.

Em 1 de fevereiro de 2012, a controlada norte-americana Iochpe Holdings LLC, concluiu a aquisição de 100% da Hayes Lemmerz International, Inc., com o valor final da aquisição aproximado de US\$ 645 milhões, por conta de variações de determinados itens ativos e passivos, conforme disposto no Contrato e Plano de Fusão.

Conforme determinado no Contrato e Plano de Fusão, a Hayes Lemmerz International, Inc. tem um prazo de até 90 dias para a entrega de um balanço de fechamento auditado, para apuração do ágio e preparação dos laudos de alocação da mais valia (*Purchase Price Allocation - PPA*). Com isso, não foi possível o atendimento de todas as divulgações determinadas no CPC 15.

DIRETORIA

DAN IOSCHPE – Presidente

OSCAR A. F. BECKER – Diretor de Relações com Investidores

ADRIANO R. SANTOS – Controller Corporativo

Contador: ROGÉRIO GALVÃO FAGÁ – CRC 262917/O-7

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ao Conselho de Administração e à Diretoria da Iochpe-Maxion S.A. Cruzeiro - SP

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Iochpe-Maxion S.A. ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas e controladas em conjunto para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia e suas controladas e controladas em conjunto. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que as evidências de auditoria obtidas são suficientes e apropriadas para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Iochpe-Maxion S.A. em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Em nossa opinião as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Iochpe-Maxion S.A. em 31 de dezembro de 2011, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB* e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Conforme descrito na Nota Explicativa 4.1, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Companhia essas práticas diferem do IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo. Nossa opinião não está ressaltada em função deste assunto.

Outros assuntos
Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

São Paulo, 10 de fevereiro de 2012

 KPMG Auditores Independentes
 CRC 2SP014428/O-6

 Wagner Bottino
 Contador CRC 1SP196907/O-7